



## **EDITAL - Licitação**

**LICITAÇÃO Nº. 0001/2022**

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

Órgão Realizador do Certame:

**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

RUA JERÔNIMO MARINHO GOMES, 143 - CENTRO - BOA VISTA

CEP: 58.123-000 TEL:(083) 3313-1105

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 02.307.198/0001-86, doravante denominado simplesmente ORC, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro Oficial assessorado por sua Equipe de Apoio, as 08h30 horas do dia **30 de Agosto de 2022, na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Boa Vista**, situada na Rua Bom Jesus, 109 – Centro – Boa Vista – PB, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 0001/2022, tipo menor preço por **LOTE**; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 748/2006, de 02 de Maio de 2006, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÓVEIS PROJETADOS PARA ATENDER OS GABINETES DOS VEREADORES, HALL SUPERIOR E AUDITÓRIO.**

### **1.0.DO OBJETO**

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÓVEIS PROJETADOS PARA ATENDER OS GABINETES DOS VEREADORES, HALL SUPERIOR E AUDITÓRIO.**

1.2.As especificações do objeto ora licitado, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste Instrumento.

1.3.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÓVEIS PROJETADOS PARA ATENDER OS GABINETES DOS VEREADORES, HALL SUPERIOR E AUDITÓRIO** -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.4.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, por estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal. Fica, no entanto, assegurado a ME e EPP o tratamento diferenciado e simplificado previsto nos demais Artigos do Capítulo V, Seção I, da LC nº. 123/2006.



## **2.0.DO LOCAL E DATA E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

2.1.Os envelopes contendo a documentação relativa à proposta de preços e a habilitação para execução do objeto desta licitação, deverão ser entregues ao Pregoeiro Oficial até as 08h30 horas do dia 30 de Agosto de 2022 **na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Boa Vista**, situada na Rua Bom Jesus, 109 – Centro – Boa Vista – PB. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura dos referidos envelopes.

2.2.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.3.É facultado a qualquer pessoa - cidadão ou licitante - impugnar, solicitar esclarecimentos ou providências, referentes ao ato convocatório deste certame, se manifestadas por escrito e dirigida ao Pregoeiro, protocolizando o original até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para realização da respectiva sessão pública para abertura dos envelopes com as propostas, nos horários de expediente acima indicado, exclusivamente no seguinte endereço: RUA JERÔNIMO MARINHO GOMES, 143 - CENTRO - BOA VISTA

2.4.Caberá ao Pregoeiro, auxiliada pelos setores responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a respectiva petição, respondendo ao interessado no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, considerados da data em que foi protocolizado o pedido.

## **3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO**

3.1.Aos participantes, serão fornecidos os seguintes elementos:

3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2.ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES;

3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE - HABILITAÇÃO;

3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.2.A obtenção do instrumento convocatório poderá ser feita da seguinte forma:

3.2.1.Pela Internet: [www.boavista.pb.leg.br](http://www.boavista.pb.leg.br); e

3.2.2.Impresso: junto ao Pregoeiro gratuitamente.

## **4.0.DO SUPORTE LEGAL**

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 748/2006, de 02 de Maio de 2006, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada e legislação pertinente, que ficam fazendo partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

## **5.0.DO PRAZO E DOTAÇÃO**

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 90 (noventa) dias

5.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será de 120 (cento e vinte) dias, considerado da data de sua assinatura;

5.3.As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação: Recursos Próprios da Câmara de Boa Vista.

## **6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1. Os proponentes que desejarem participar deste certame deverão entregar ao Pregoeiro dois envelopes fechados indicando, respectivamente, PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTAÇÃO, devidamente identificados, acompanhados da respectiva declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, nos termos definidos neste instrumento convocatório.

6.2. A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

6.3. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o ORC.

6.4. Não serão aceitos envelopes Propostas de Preços e Documentação enviados via postal. Hipótese em que os respectivos envelopes não serão aceitos e o licitante, portanto, desconsiderado para efeito de participação no certame.

6.5. Quando observada a ocorrência da entrega apenas dos envelopes junto ao Pregoeiro, sem a permanência de representante credenciado na respectiva sessão pública, ficará subentendido que o licitante abdicou da fase de lances verbais.

6.6. É vedada à participação em consórcio.

6.7. CONDIÇÃO ESPECÍFICA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante, obrigatoriamente, integrará os elementos do envelope DOCUMENTAÇÃO:

6.7.1. Demonstrativo da situação financeira da empresa, efetuada com base no Balanço Patrimonial do último exercício social - ano de 2021 - e devidamente assinado por profissional habilitado com o competente Certificado de Regularidade Profissional emitido pelo CRC, apresentando:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante (AC)} + \text{Realizável a Longo Prazo (RLP)}}{\text{Passivo Circulante (PC)} + \text{Exigível a Longo Prazo (ELP)}} \geq 1,00$$

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total (AT)}}{\text{Passivo Circulante (PC)} + \text{Exigível a Longo Prazo (ELP)}} \geq 1,00$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante (AC)}}{\text{Passivo Circulante (PC)}} \geq 1,00$$

Onde:

ILG - Índice de Liquidez Geral;

ISG - Índice de Solvência Geral;

ILC - Índice de Liquidez Corrente.

## 7.0. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá se apresentar, para credenciamento junto ao Pregoeiro, quando for o caso, através de um representante, com os documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do certame na forma prevista neste instrumento, podendo ser substituído posteriormente por outro devidamente credenciado.

7.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

7.2.1. Tratando-se do representante legal: o instrumento constitutivo da empresa na forma da Lei, quando for o caso, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;



7.2.2. Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular da qual constem os necessários poderes para formular verbalmente lances, negociar preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; acompanhada do correspondente instrumento de constituição da empresa, quando for o caso, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Caso a procuração seja particular, deverá ser reconhecida a firma em cartório do respectivo signatário.

7.2.3. O representante legal e o procurador deverão identificar-se apresentando documento oficial que contenha foto.

7.3. Estes documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro - antes do início da sessão pública - em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio.

7.4. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de qualquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação ativa do representante do licitante no presente certame. Esta ocorrência não inabilitará o concorrente, apenas perderá o direito a manifestar-se nas correspondentes fases do processo licitatório. Para tanto, o Pregoeiro receberá regularmente do referido concorrente seus envelopes, declarações e outros elementos necessários à participação no certame, desde que apresentados na forma definida neste instrumento.

7.5. No momento de abertura da sessão pública, cada licitante, por intermédio do seu representante devidamente credenciado entregará ao Pregoeiro, em separado de qualquer dos envelopes, a seguinte documentação:

7.5.1. Declaração de Elaboração Independente de Proposta - Anexo II.

7.5.2. Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo - Anexo III.

7.5.3. Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei 123/06, se for o caso, sendo considerada microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) declaração expressa formalmente assinada por profissional da área contábil, devidamente habilitado; b) certidão simplificada emitida pela junta comercial da sede do licitante ou equivalente, na forma da legislação pertinente. A ausência da referida declaração ou certidão simplificada, apenas neste caso para comprovação do enquadramento na forma da legislação vigente, não é suficiente motivo para a inabilitação do licitante, apenas perderá, durante o presente certame, o direito ao tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previstos na Lei 123/06.

## **8.0. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1. A proposta deverá ser apresentada em 01(uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
PROPOSTA DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2022  
NOME PROPONENTE  
ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE

O ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter os seguintes elementos:

8.2. Proposta elaborada em consonância com as especificações constantes deste instrumento e seus elementos - Anexo I -, em papel timbrado da empresa, quando for o caso, devidamente assinada por seu representante, contendo no correspondente item cotado: discriminação, marca e/ou modelo e outras características se necessário, o quantitativo e os valores unitário e total expressos em algarismos.

8.3. Será cotado um único preço, marca, modelo para cada item, com a utilização de duas casas decimais. Indicações em contrário estão sujeitas a correções observando-se os seguintes critérios:

8.3.1. Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

8.3.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que 5, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais itens excedentes suprimidos.

8.4. No caso de aquisição de bens, a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, não deverá ser inferior a 100% da estimativa detalhada no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Disposição em contrário não desclassifica automaticamente a proposta apenas o respectivo item será desconsiderado.

8.5. A Proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e em moeda nacional, elaborada com clareza, sem alternativas, rasuras, emendas e/ou entrelinhas. Suas folhas rubricadas e a última datada e assinada pelo responsável, com indicação: do valor total da proposta em algarismos, dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento, da sua validade que não poderá ser inferior a 60 dias, e outras informações e observações pertinentes que o licitante julgar necessárias.

8.6. Existindo discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá.

8.7. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto ou serviço, prevalecerá o de menor valor.

8.8. No caso de alterações necessárias da proposta feitas pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, decorrentes exclusivamente de incorreções na unidade de medida utilizada, observada a devida proporcionalidade, bem como na multiplicação e/ou soma de valores, prevalecerá o valor corrigido.

8.9. A não indicação na proposta dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento ou de sua validade, ficará subentendido que o licitante aceitou integralmente as disposições do instrumento convocatório e, portanto, serão consideradas as determinações nele contidas para as referidas exigências não sendo suficiente motivo para a desclassificação da respectiva proposta.

8.10. É facultado ao licitante, apresentar a proposta no próprio modelo fornecido pelo ORC, desde que esteja devidamente preenchido.

8.11. A Empresa participante deste PREGÃO PRESENCIAL deverá enviar juntamente com a Proposta de Preços impressa, a Proposta de Preços em mídia eletrônica (CD ou Pen Drive), no formato de planilha (Excel), obrigatoriamente seguindo sequência da minuta da proposta de preços sem supressão dos itens não cotados, visando agilizar o processo de digitação.

8.12. Nas licitações para aquisição de mercadorias o participante indicará a origem dos produtos ofertados. A eventual falta da referida indicação não desclassificará o licitante.

8.13. Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento.

## **9.0. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos necessários à habilitação dos licitantes, deverão ser apresentados em 01 (uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2022  
NOME PROPONENTE



## ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE

O ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes elementos:

### 9.2.PESSOA JURÍDICA:

9.2.1.Registro comercial, no caso de empresa individual, acompanhando da cédula de identidade do titular.

9.2.2.Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social, em vigor da licitante, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, acompanhando da cédula de identidade do titular, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

9.2.3.Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

9.2.4.Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

9.2.5.Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral relativo ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) emitida via internet, com data de emissão não superior a 60 (sessenta dias);

Observação: Caso a licitante apresente o CNPJ, com data de sua emissão superior a 60 (sessenta) dias, a Comissão Permanente de Licitação poderá no ato da sessão, verificar no site oficial [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>>, se a situação cadastral da licitante encontra-se ATIVA.

9.2.6.Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativa à sede e domicílio da licitante, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto deste Pregão.

Observação: Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.7.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

9.2.8.Prova de regularidade para com a Receita Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei

9.2.9.Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei

9.2.10.Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do art. 27 da Lei nº. 8.036/90, devidamente atualizado.

9.2.11.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2.12.Declaração do licitante: de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93; de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito à

participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme modelo - Anexo II.

9.2.13. Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30(trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

9.2.14. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentados na forma da Lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na junta comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, acompanhado da certidão de regularidade do profissional, junto ao Conselho Regional de Contabilidade, dentro do prazo de validade

9.2.15. Comprovação de capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao objeto da licitação, feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.3. Documentação específica:

9.3.1. Comprovação da boa situação financeira da empresa - item 6.7.1.

9.4. Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando for o caso. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e indevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do índice de que trata este item, não inabilitará o licitante.

9.5. A falta de qualquer documento exigido, o seu vencimento, a ausência das cópias devidamente autenticadas ou das vias originais para autenticação pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio ou da publicação em órgão na imprensa oficial, a apresentação de documentos de habilitação fora do envelope específico, tornará o respectivo licitante inabilitado. Quando o documento for obtido via Internet sua legalidade será comprovada nos endereços eletrônicos correspondentes. Poderão ser utilizados, a critério do Pregoeiro os documentos cadastrais de fornecedores, constantes dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelos licitantes, quando for o caso.

## **10.0. DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO**

10.1. Na seleção inicial das propostas para identificação de quais irão passar a fase de lances verbais e na classificação final, observadas as exigências e procedimentos definidos neste instrumento convocatório, será considerado o critério de menor preço apresentado para o correspondente item.

10.2. Havendo igualdade de valores entre duas ou mais propostas escritas, e após obedecido o disposto no Art. 3º, §2º, da Lei 8.666/93, a classificação inicial para a fase de lances verbais, se fará através de sorteio.

10.3. Na presente licitação - fase de lances -, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.4. Para efeito do disposto neste instrumento, entende-se por empate - fase de lances -, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

10.5. Ocorrendo a situação de empate - fase de lances - conforme acima definida, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1.A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no máximo de 05(cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão

10.5.2.Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as demais remanescentes que por ventura se enquadrem na situação de empate acima definida, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito;

10.5.3.No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido como situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.6.Na hipótese de não-contratação nos termos acima previstos, em que foi observada a situação de empate e assegurado o tratamento diferenciado a microempresa e empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7.A situação de empate - fase de lances -, na forma acima definida, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **11.0.DA ORDEM DOS TRABALHOS**

11.1.Para o recebimento dos envelopes e início dos trabalhos não será observada nenhuma tolerância quanto ao horário fixado. Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

11.2.Declarada aberta à sessão pública pelo Pregoeiro, será efetuado o devido credenciamento dos interessados. Somente participará ativamente da reunião um representante de cada licitante, podendo, no entanto, ser assistida por qualquer pessoa que se interessar.

11.3.O não comparecimento do representante de qualquer dos licitantes não impedirá a efetivação da reunião, sendo que, a simples participação neste certame implica na total aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

11.4.Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e/ou substituição dos envelopes ou de qualquer elemento exigido e não apresentado na reunião destinada ao recebimento das propostas de preços.

11.5.O Pregoeiro receberá de cada representante os envelopes Proposta de Preços e Documentação e a declaração, separada de qualquer dos envelopes, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

11.6.Posteriormente abrirá os envelopes Propostas de Preços, rubricará o seu conteúdo juntamente com a sua Equipe de Apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências constantes no instrumento convocatório e solicitará dos licitantes que examinem a documentação neles contidas.

11.7.Prosseguindo os trabalhos, o Pregoeiro analisará os documentos e as observações porventura formuladas pelos licitantes, dando-lhes ciência, em seguida, da classificação inicial, indicando a proposta de menor preço e aquelas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor valor, para cada item cotado. Entretanto, se assim julgar necessário, poderá divulgar o resultado numa nova reunião.

11.8.Não havendo para cada item licitado pelo menos três propostas nas condições acima definidas, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

11.9.Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes dos licitantes inicialmente classificados, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço. Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se fizerem necessárias. Esta etapa poderá ser interrompida, marcando-se uma nova sessão pública para continuidade dos trabalhos, a critério do Pregoeiro.



11.10. Não serão aceitos lances com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado, e deverão ser efetuados em unidade monetária nacional. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante apenas da etapa de lances verbais para o correspondente item cotado e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de classificação final das propostas.

11.11. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

11.12. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação somente do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias. Constatado o atendimento pleno das exigências fixadas no instrumento convocatório, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item, objeto deste certame, após o transcurso da competente fase recursal, quando for o caso.

11.13. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as disposições do instrumento convocatório.

11.14. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e licitantes presentes.

11.15. Em decorrência da Lei Complementar 123/06, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, observando-se o seguinte procedimento:

11.15.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de Habilitação e integrantes do envelope Documentação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.15.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério do ORC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.15.3. A não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei 8.666/93, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.16. Os documentos apresentados pelos licitantes no Credenciamento e os elementos constantes dos envelopes Proposta de Preços e Documentação que forem abertos, serão retidos pelo Pregoeiro e anexados aos autos do processo. No mesmo contexto, o envelope Documentação, ainda lacrado, do licitante desclassificado ou que não logrou êxito na etapa competitiva que não for retirado por seu representante legal no prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos da data de homologação do presente certame, será sumariamente destruído.

## **12.0. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

12.1. Havendo proposta com valor para o respectivo item relacionado no Anexo I - Termo de Referência - Especificações, na coluna código, manifestamente inexequível nos termos do Art. 48, II, da Lei 8.666/93, o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente.

### **13.0.DOS RECURSOS**

13.1.Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, observando-se o disposto no Art. 4º, Inciso XVIII, da Lei Federal nº. 10.520.

13.2.O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3.A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.4.Decididos os recursos, a autoridade superior do ORC fará a adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

13.5.O recurso será dirigido à autoridade superior do ORC, por intermédio do Pregoeiro, devendo ser protocolizado o original, nos horários normais de expediente das 08:00 as 12:00 horas, exclusivamente no seguinte endereço: RUA JERÔNIMO MARINHO GOMES, 143 - CENTRO - BOA VISTA

### **14.0.DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

14.1.Concluído a fase competitiva, ordenada às propostas apresentadas, analisada a documentação de habilitação e observados os recursos porventura interpostos na forma da legislação vigente, o Pregoeiro emitirá relatório conclusivo dos trabalhos desenvolvidos no certame, remetendo-o a autoridade superior do ORC, juntamente com os elementos constitutivos do processo, necessários à Adjudicação e Homologação da respectiva licitação, quando for o caso.

14.2.A autoridade superior do ORC poderá, no entanto, tendo em vista sempre a defesa dos interesses do ORC, discordar e deixar de homologar, total ou parcialmente, o resultado apresentado pelo Pregoeiro, revogar ou considerar nula a Licitação, desde que apresente a devida fundamentação exigida pela legislação vigente, resguardados os direitos dos licitantes.

### **15.0.DO CONTRATO**

15.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o adjudicatário será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, assinar o respectivo contrato, quando for o caso, elaborado em conformidade com as modalidades permitidas pela Lei 8.666/93, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela referida norma.

15.2.Não atendendo à convocação para assinar o contrato, e ocorrendo esta dentro do prazo de validade de sua proposta, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

15.3.É permitido ao ORC, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinatura do contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor.

15.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93; e realizado na forma de fornecimento parcelada.

15.5.O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **16.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1.Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de

seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e de sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16.2.A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

16.3.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.4.Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

## **17.0.DO RECEBIMENTO OU COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

17.1.O recebimento ou a comprovação de execução pelo ORC do objeto licitado, observadas suas características, se fará mediante recibo ou equivalente emitido por funcionário ou comissão específica devidamente designados, após a verificação da quantidade, qualidade e outros aspectos inerentes nos termos deste instrumento, das normas técnicas e legislação pertinentes, e consequente aceitação.

## **18.0.DO PAGAMENTO**

18.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento, de acordo com a entrega de cada Ambiente, de acordo com a emissão da apresentação da nota fiscal.

18.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

18.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

## **19.0.DO REAJUSTAMENTO**

19.1.Os preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93.

19.2.Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

## **20.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



- 20.1. Não será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao certame, qualquer tipo de indenização.
- 20.2. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.
- 20.3. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 20.4. Caso as datas previstas para a realização dos eventos da presente licitação sejam declaradas feriado, e não havendo ratificação da convocação, ficam transferidos automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente previstos.
- 20.5. Ocorrendo a supressão de serviços, se o Contratado já houver adquirido os materiais e postos no local de trabalho, os mesmos deverão ser pagos pelo ORC, pelo preço de aquisição regularmente comprovado, desde que sejam de boa qualidade e aceitos pela fiscalização.
- 20.6. Os preços unitários para a realização de novos serviços surgidos durante a execução do contrato, serão propostos pelo Contratado e submetidos à apreciação do ORC. A execução dos serviços não previstos será regulada pelas condições e cláusulas do contrato original.
- 20.7. O ORC por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar a qualquer tempo a execução dos serviços, cientificando devidamente o Contratado.
- 20.8. Decairá do direito de impugnar perante o ORC nos termos do presente instrumento, aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apresentar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram hipótese em que tal comunicado não terá efeito de recurso.
- 20.9. Nos valores apresentados pelos licitantes, já deverão estar incluídos os custos com aquisição de material, mão-de-obra utilizada, impostos, encargos, fretes e outros que venham a incidir sobre os respectivos preços.
- 20.10. Este instrumento convocatório e todos os seus elementos constitutivos, estão disponibilizados em meio magnético, podendo ser obtidos junto ao Pregoeiro, observados os procedimentos definidos pelo ORC.
- 20.11. As dúvidas surgidas após a apresentação das propostas e os casos omissos neste instrumento, ficarão única e exclusivamente sujeitos a interpretação do Pregoeiro, sendo facultada ao mesmo ou a autoridade superior do ORC, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 20.12. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Comarca de Boa Vista.

Boa Vista - PB, 16 de Agosto de 2022.

**FERNANDO VIEIRA DE OLIVEIRA NETO**  
Pregoeiro Oficial

## ANEXO I - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022

### TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

#### 1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÓVEIS PROJETADOS PARA ATENDER OS GABINETES DOS VEREADORES, HALL SUPERIOR E AUDITÓRIO.

#### 2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Considerando as necessidades do ORC, tem o presente termo a finalidade de definir, técnica e adequadamente, os procedimentos necessários para viabilizar a contratação em tela. As características e especificações do objeto ora licitado são:

<b>LOTE 01: GABINETES DOS VEREADORES, HALL SUPERIOR E AUDITÓRIO</b>			
ITENS	DESCRIÇÕES DOS MÓVEIS	UNIDADE	QUANTIDADE
<b>GABINETE 01</b>			
1	MESA	UNIDADE	1
2	ARCADA	UNIDADE	1
3	REVESTIMENTO PAREDE	UNIDADE	1
4	ARMÁRIO SUPERIOR	UNIDADE	1
5	ARMÁRIO INFERIOR	UNIDADE	1
6	NICHO 1	UNIDADE	1
7	NICHO 2	UNIDADE	1
<b>GABINETE 02</b>			
1	MESA 01	UNIDADE	1
2	ARCADA 01	UNIDADE	1
3	REVESTIMENTO PAREDE 01	UNIDADE	1
4	ARMÁRIO SUPERIOR 01	UNIDADE	1
5	ARMÁRIO INFERIOR 01	UNIDADE	1
6	NICHO 01	UNIDADE	1
7	NICHO 02	UNIDADE	1
8	BANCADA 01	UNIDADE	1
<b>GABINETE 03</b>			
1	MESA 01	UNIDADE	1
2	ARCADA 01	UNIDADE	1
3	REVESTIMENTO PAREDE 01	UNIDADE	1
4	ARMÁRIO SUPERIOR 01	UNIDADE	1
5	ARMÁRIO INFERIOR 01	UNIDADE	1
6	NICHO 01	UNIDADE	1
7	NICHO 02	UNIDADE	1
<b>GABINETE 04</b>			

1	MESA 01	UNIDADE	1
2	ARCADA 01	UNIDADE	1
3	REVESTIMENTO PAREDE 01	UNIDADE	1
4	ARMÁRIO SUPERIOR 01	UNIDADE	1
5	ARMÁRIO INFERIOR 01	UNIDADE	1
6	NICHO 01	UNIDADE	1
7	NICHO 02	UNIDADE	1
<b>GABINETE 05</b>			
1	MESA 01	UNIDADE	1
2	REVESTIMENTO PAREDE 01	UNIDADE	1
3	BANCADA 01	UNIDADE	1
4	GAVETEIRO 01	UNIDADE	1
<b>GABINETE 06</b>			
1	MESA 01	UNIDADE	1
2	REVESTIMENTO PAREDE 01	UNIDADE	1
3	BANCADA 01	UNIDADE	1
4	GAVETEIRO 01	UNIDADE	1
<b>GABINETE 07</b>			
1	MESA 01	UNIDADE	1
2	REVESTIMENTO COLUNA 01	UNIDADE	1
3	REVESTIMENTO PAREDE 01	UNIDADE	1
4	BANCADA 01	UNIDADE	1
5	BANCADA 02	UNIDADE	1
6	ARMÁRIO PRATELEIRAS 01	UNIDADE	1
7	ARMÁRIO PRATELEIRAS 02	UNIDADE	1
8	NICHOS 01	UNIDADE	1
9	NICHOS 02	UNIDADE	1
<b>AUDITÓRIO</b>			
1	MESA 01	UNIDADE	1
2	REVESTIMENTO PAREDE 01	UNIDADE	1
3	REVESTIMENTO PAREDE 02	UNIDADE	1
4	REVESTIMENTO PAREDE 03	UNIDADE	1
5	BANCADA 01	UNIDADE	1
6	NICHO 01	UNIDADE	1
7	NICHO 02	UNIDADE	1
8	NICHO 03	UNIDADE	1
9	NICHO 04	UNIDADE	1
10	REVESTIMENTO PAREDE NICHO	UNIDADE	1
<b>HALL</b>			
1	REVESTIMENTO PAREDE 1	UNIDADE	1
2	REVESTIMENTO PAREDE 2	UNIDADE	1
3	ARMÁRIO	UNIDADE	1



## MEMORIAL DESCRITIVO - CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA - PB

O presente projeto foi destinado ao desenvolvimento da ambientação interna da Câmara de Vereadores de Boa Vista (localizada na Rua Jerônimo Marinho Gomes, n.143, no Centro de Boa Vista), na parte que corresponde a sua ampliação, correspondendo a dois pavimentos com 100m<sup>2</sup> de área cada um, sendo o pavimento térreo que dispõe de um auditório e um corredor de circulação; e o pavimento superior que dispõe de sete gabinetes, uma área comum e um lavabo. As soluções adotadas foram determinadas de acordo com o programa de necessidades e levando em consideração o bom funcionamento do ambiente corporativo. A partir do levantamento de medidas e informações a respeito do local, foi aplicado o projeto de interiores, utilizando tons sóbrios, onde predominou o amadeirado e os tons de cinza. Em relação ao mobiliário determinados, as mesas e armários foram idealizados sob medida, para que os ambientes tivessem um bom aproveitamento dos espaços, ficassem estéticos e confortáveis, além de disfarçar elementos estruturais em evidência, como pilares. Demais mobiliários como sofá, poltronas e acessórios foram especificados para serem adquiridos prontos. Em geral, foi desenvolvido um projeto de interiores que remete a contemporaneidade e a seriedade na qual uma repartição pública precisa, considerando acessibilidade, iluminação, ventilação natural e climatização aos espaços.

**PAVIMENTO TÉRREO:** 100m<sup>2</sup> Auditório: Desenvolvido para sessões solenes, reuniões e eventos, o espaço dispõe de uma grande mesa acima de um pequeno palco projetado, como apoio para as autoridades que conduzirão as eventos. Em frente ao palco estão dispostas poltronas para as demais pessoas, e na lateral esquerda as poltronas está um grande sofá de apoio e um pequeno móvel para armazenamento, decoração e coffee break. As paredes são revestidas em MDF amadeirado e o forro possui cortes iluminados, elementos que reafirmam o conceito sério e contemporâneo da proposta. Corredor: Acesso ao auditório e pavimento superior, marcado pela iluminação, visto que o espaço necessitava desse elemento. Como ponto decorativo, além da iluminação foram utilizados painéis amadeirados e vasos.

### PAVIMENTO SUPERIOR:

**Gabinete 01:** Com 9,67m<sup>2</sup>, o gabinete conta com mesa de trabalho e atendimento, tendo apoio de poltronas para o responsável e para usuários. Um móvel foi idealizado para armazenamento e também para apoio da televisão. A partir desse móvel a mesa de trabalho se projeta, fazendo parte do conceito do projeto

**Gabinete 02:** Com 12,05m<sup>2</sup> este é o maior entre os gabinetes e por isso, além da mesa de trabalho e atendimento, o espaço conta com dois móveis feitos sob medida, além de uma pequena mesa de quatro lugares para pequenas reuniões entre os vereadores.

**Gabinetes 03 e 04:** Com 8,46m<sup>2</sup> e 8,22m<sup>2</sup> respectivamente, os dois gabinetes são iguais em seus elementos, tendo apenas seus layouts espelhados em relação aos seus posicionamentos. Contam com mesa de trabalho e atendimento, móveis feito sob medida para armazenamento, suporte para a televisão e para a mesa de trabalho; além de nichos decorativos

**Gabinetes 05 e 06:** Com 8,96m<sup>2</sup> e 8,71m<sup>2</sup> respectivamente, os dois gabinetes são iguais em seus elementos. Contam com mesa de trabalho e atendimento, painel amadeirado para televisão e móvel de armazenamento e suporte situado abaixo da janela.

**Gabinetes 07:** Com 9,36m<sup>2</sup>, esse gabinete contou com dois elementos de marcenaria para disfarce de dois pilares que eram aparentes na sala, sendo um móvel feito sob medida em forma de L, para que abrigue todo o espaço livre e permita maior armazenamento, e um outro elemento sendo nichos

decorativos. Além disso, a sala conta com painel de tv, quadros decorativos e mesa de trabalho e atendimento.

Hall / Área Comum: setor de recepção, convivência, espera e café. Conta com uma área de 29,41m<sup>2</sup> e é a partir dele que a circulação vertical está situada (escada e elevador), além de dar acesso também ao lavabo e a todos os gabinetes. Nesse setor estão dispostos elementos decorativos, um grande painel feito por perfis de led permitindo uma iluminação decorativa e abrigando a televisão; um sofá para espera, vasos, móvel de suporte com cafeteira, geláguia, espaço de armazenamento e demais elementos; e poltronas e mesa de apoio que compõem um outro espaço contido neste ambiente.

Lavabo: Conta com 3,61m<sup>2</sup> de área e possui acessibilidade. Dispõe de vaso sanitário e cuba esculpida em porcelanato, sendo todos os elementos em tons claros, diferente dos demais ambientes da Câmara.

### **3.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

3.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

3.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

3.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

3.4. Manter, durante a vigência do contrato ou instrumentos equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, se for o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

3.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

3.6. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

### **4.0. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

4.1. Havendo proposta com valor unitário manifestamente inexequível nos termos do Art. 48, II, da Lei 8.666/93, o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente, relacionado neste anexo.

### **5.0. MODELO DA PROPOSTA**

5.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta de preços correspondente, podendo o licitante apresentar a sua proposta no próprio modelo fornecido, desde que seja devidamente preenchido, conforme faculta o instrumento convocatório - Anexo 01.

### **6.0. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

#### **6.1. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

6.1.1 O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, em remessa única, conforme solicitação da Contratante, no endereço abaixo especificado:

- CÂMARA DE VEREADORES DE BOA VISTA – PB  
Rua Jerônimo Marinho Gomes, Centro, Boa Vista/PB



- 6.1.2 Todos os itens deverão ser entregues em condições adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde a fábrica até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarque, transporte por via terrestre, marítima ou aérea.
- 6.1.3 A contratada responderá solidariamente com os fornecedores, fabricantes ou importadores dos objetos deste Termo de Referência, pela qualidade que os torne impróprios ou inadequados para o uso.
- 6.1.4 A contratada estará obrigada a substituir o produto com defeito ou em decorrência de transporte, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de recebimento da notificação, por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, observando, fielmente, as especificações deste Termo de Referência.
- 6.1.5 Não serão aceitos materiais em desacordo com as especificações constantes no presente Termo de Referência.
- 6.1.6 A contratada deverá substituir todos os materiais que apresentarem defeitos de fabricação, além de arcar com as despesas provenientes deste evento.
- 6.1.7 As licitantes deverão fazer **ESPECIFICAÇÕES COMPLETAS** do LOTE que estiver cotando, no ato de apresentação da proposta, caso contrário terá sua proposta desclassificada.
- 6.1.8 As licitantes deverão apresentar na especificação modelo/marca do produto ofertado para consulta da equipe técnica.
- 6.1.9 As empresas participantes deverão comprovar assistência autorizada e especializada no Brasil, de acordo com o solicitado no Edital, devendo ainda apresentar garantia mínima de acordo com cada item, discriminado em tabela do termo de referência.
- 6.1.10 Todos os itens ofertados pelos licitantes deverão ser de primeira linha e novos. E as peças que, por ventura, forem utilizadas pela assistência técnica deverão ser genuínas.
- 6.1.11 Se necessário, poderá ser solicitada amostra dos produtos para análise técnica.
- 6.1.12 Poderá ser solicitado às licitantes que apresentem folder original dos produtos para análise técnica.
- 6.1.13 A CONTRATADA deverá, durante o período de garantia, prestar assistência técnica, e em todo o sistema envolvido
- 6.1.14 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.15 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.16 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.16.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.17 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

---

**JOSÉ FERNANDES LEITE AIRES**  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022

**PROPOSTA**

**REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÓVEIS PROJETADOS PARA ATENDER OS GABINETES DOS VEREADORES, HALL SUPERIOR E AUDITÓRIO

PROPONENTE:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P.TOTAL
1	...		UND	1		
2	...					
3						
Etc....						

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO - Item 5.0:

PAGAMENTO - Item 18.0:

VALIDADE DA PROPOSTA - Item 8.0:

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Responsável

CNPJ

**ANEXO II - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

PROPONENTE  
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores de quatorze anos na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação.

Conforme exigência contida na Lei 8.666/93, Art. 32, §2º, o proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

3.0 - DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório.

O proponente acima qualificado declara ter conhecimento e aceitar todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se as condições nele estipuladas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:  
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

PROPONENTE:  
CNPJ:

4.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no item 7.5.1. do Edital do Pregão Presencial nº 0001/2022, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 0001/2022 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 0001/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Presencial nº 0001/2022 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 0001/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 0001/2022 quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 0001/2022 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 0001/2022 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação do Pregão Presencial nº 0001/2022 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO  
Representante legal do proponente

OBSERVAÇÃO:  
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



**ANEXO III - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022**

**MODELOS DA DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE - HABILITAÇÃO**

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

PROPONENTE  
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE para habilitação previsto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02.

O proponente acima qualificado, declara, em conformidade com o disposto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02, que está apto a cumprir plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no respectivo instrumento convocatório que rege o certame acima indicado.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO  
Representante legal do proponente.



OBSERVAÇÃO:  
A DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ELABORADA EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



## ANEXO IV - PREGÃO PRESENCIAL N° 0001/2022

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N°: ....-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA E ....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA - Rua Jerônimo Marinho Gomes, 143- Centro - Boa Vista - PB, CNPJ n° 02.307.198/0001-86, neste ato representada pelo seu Presidente **JOSÉ FERNANDO LEITE AIRES**, Brasileiro,....., residente e domiciliado na ..... - Boa Vista - PB, CPF n° ....., Carteira de Identidade n° ....., doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ....., CNPJ n° ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ....., CPF n° ....., Carteira de Identidade n° ....., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Presencial n° 0001/2022, processada nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n° 748/2006, de 02 de Maio de 2006, e subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÓVEIS PROJETADOS PARA ATENDER OS GABINETES DOS VEREADORES, HALL SUPERIOR E AUDITÓRIO.

O fornecimento deverá obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, Pregão Presencial n° 0001/2022 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... (...).

### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:

Os preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5° e 6°, da Lei 8.666/93. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:  
Recursos Próprios da Câmara de Boa Vista.

### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS:

O prazo máximo para a execução do objeto ora contratado, conforme suas características, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 90 (noventa) dias

O prazo de vigência do presente contrato será de 120 (cento e vinte) dias, considerado da data de sua assinatura.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
- Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.
- Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- a - Executar devidamente o fornecimento descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:**

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.  
O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:**

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Boa Vista.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Boa Vista - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....

PELO CONTRATADO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....



## ANEXO V – PROJETO TÉCNICO

**Compreendido por:**

- Memorial Descritivo;
- Relatório fotográfico do projeto;
- Plantas.





## Memorial Descritivo - Câmara Municipal de Boa Vista - PB

O presente projeto foi destinado ao desenvolvimento da ambientação interna da Câmara de Vereadores de Boa Vista (localizada na Rua Jerônimo Marinho Gomes, n.143, no Centro de Boa Vista), na parte que corresponde a sua ampliação, correspondendo a dois pavimentos com 100m<sup>2</sup> de área cada um, sendo o pavimento térreo que dispõe de um auditório e um corredor de circulação; e o pavimento superior que dispõe de sete gabinetes, uma área comum e um lavabo. As soluções adotadas foram determinadas de acordo com o programa de necessidades e levando em consideração o bom funcionamento do ambiente corporativo. A partir do levantamento de medidas e informações a respeito do local, foi aplicado o projeto de interiores, utilizando tons sóbrios, onde predominou o amadeirado e os tons de cinza. Em relação ao mobiliário determinados, as mesas e armários foram idealizados sob medida, para que os ambientes tivessem um bom aproveitamento dos espaços, ficassem estéticos e confortáveis, além de disfarçar elementos estruturais em evidência, como pilares. Demais mobiliários como sofá, poltronas e acessórios foram especificados para serem adquiridos prontos.

Em geral, foi desenvolvido um projeto de interiores que remete a contemporaneidade e a seriedade na qual uma repartição pública precisa, considerando acessibilidade, iluminação, ventilação natural e climatização aos espaços.

PAVIMENTO TÉRREO: 100m<sup>2</sup>

**Auditório:** Desenvolvido para sessões solenes, reuniões e eventos, o espaço dispõe de uma grande mesa acima de um pequeno palco projetado, como apoio para as autoridades que conduzirão as eventos. Em frente ao palco estão dispostas poltronas para as demais pessoas, e na lateral esquerda as poltronas está um grande sofá de apoio e um pequeno móvel para armazenamento, decoração e coffee break. As paredes são revestidas em MDF amadeirado e o forro possui cortes iluminados, elementos que reafirmam o conceito sério e contemporâneo da proposta.

**Corredor:** Acesso ao auditório e pavimento superior, marcado pela iluminação, visto que o espaço necessitava desse elemento. Como ponto decorativo, além da iluminação foram utilizados painéis amadeirados e vasos.

PAVIMENTO SUPERIOR:

**Gabinete 01:** Com 9,67m<sup>2</sup>, o gabinete conta com mesa de trabalho e atendimento, tendo apoio de poltronas para o responsável e para usuários. Um móvel foi idealizado para armazenamento e também para apoio da televisão. A partir desse móvel a mesa de trabalho se projeta, fazendo parte do conceito do projeto

**Gabinete 02:** Com 12,05m<sup>2</sup> este é o maior entre os gabinetes e por isso, além da mesa de trabalho e atendimento, o espaço conta com dois móveis feitos sob medida, além de uma pequena mesa de quatro lugares para pequenas reuniões entre os vereadores.

**Gabinetes 03 e 04:** Com 8,46m<sup>2</sup> e 8,22m<sup>2</sup> respectivamente, os dois gabinetes são iguais em seus elementos, tendo apenas seus layouts espelhados em relação aos seus posicionamentos. Contam com mesa de trabalho e atendimento, móveis feito sob medida para armazenamento, suporte para a televisão e para a mesa de trabalho; além de nichos decorativos

**Gabinetes 05 e 06:** Com 8,96m<sup>2</sup> e 8,71m<sup>2</sup> respectivamente, os dois gabinetes são iguais em seus elementos. Contam com mesa de trabalho e atendimento, painel amadeirado para televisão e móvel de armazenamento e suporte situado abaixo da janela.

**Gabinetes 07:** Com 9,36m<sup>2</sup> , esse gabinete contou com dois elementos de marcenaria para disfarce de dois pilares que eram aparentes na sala, sendo um móvel feito sob medida em forma de L, para que abrigue todo o espaço livre e permita maior armazenamento, e um outro elemento sendo nichos decorativos. Além disso, a sala conta com painel de tv, quadros decorativos e mesa de trabalho e atendimento.

**Hall / Área Comum:** setor de recepção, convivência, espera e café. Conta com uma área de 29,41m<sup>2</sup> e é a partir dele que a circulação vertical está situada (escada e elevador), além de dar acesso também ao lavabo e a todos os gabinetes. Nesse setor estão dispostos elementos decorativos, um grande painel feito por perfis de led permitindo uma iluminação decorativa e abrigando a televisão; um sofá para espera, vasos, móvel de suporte com cafeteira, geláguia, espaço de armazenamento e demais elementos; e poltronas e mesa de apoio que compõem um outro espaço contido neste ambiente.

**Lavabo:** Conta com 3,61m<sup>2</sup> de área e possui acessibilidade. Dispõe de vaso sanitário e cuba esculpida em porcelanato, sendo todos os elementos em tons claros, diferente dos demais ambientes da Câmara.

# AUDITÓRIO







Gabinetes 05 e 06



Gabinete 07



Gabinete 02



Gabinetes 01, 03 e 04



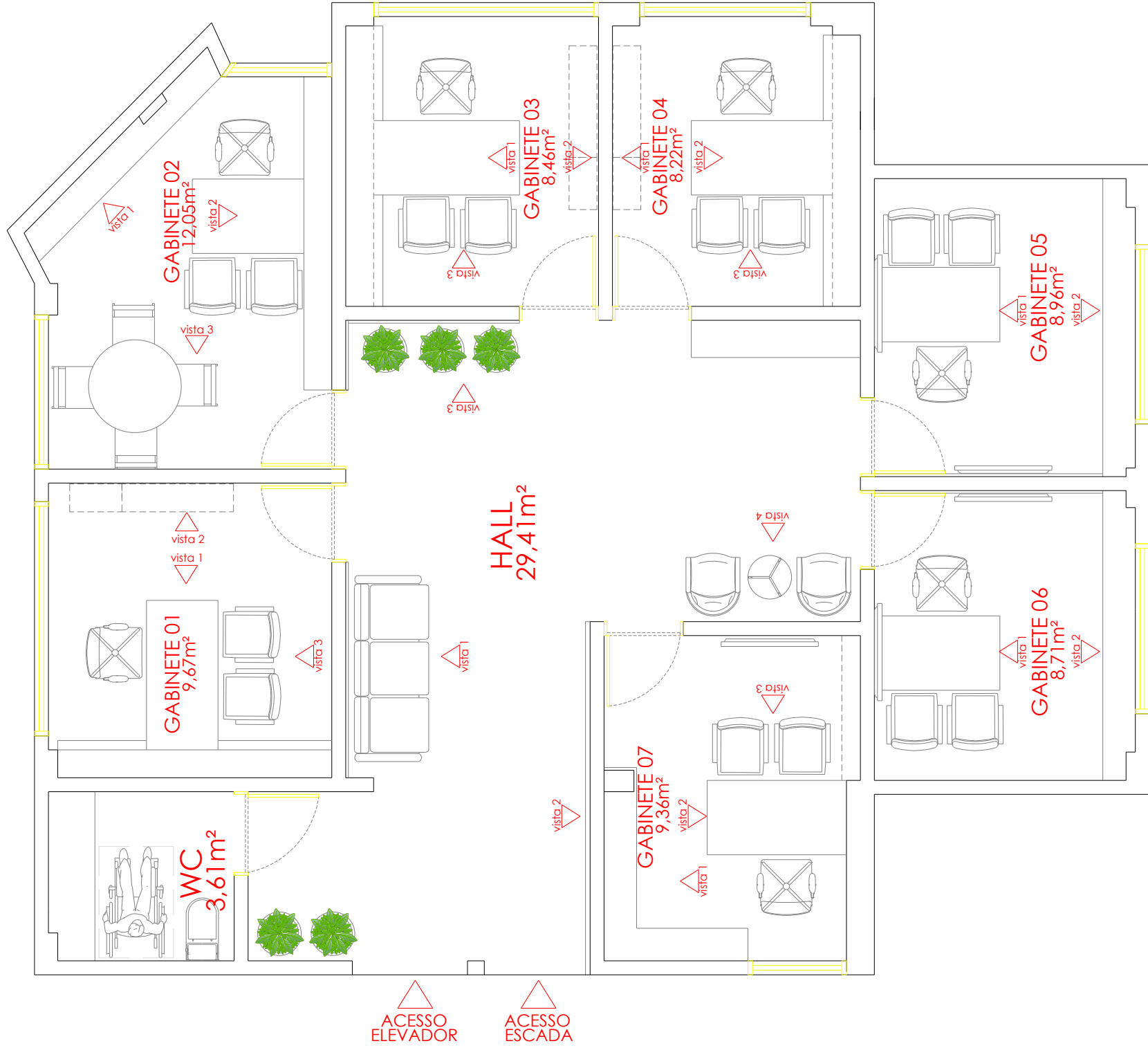
Hall Superior

AMMA - ARQUITETURA & INTERIORES  
amma



Hall Superior

AMMA - ARQUITETURA & INTERIORES  
amma



ACESSO ELEVADOR  
 ACESSO ESCADA

**PLANTA DE LAYOUT**  
 CÂMARA MUNICIPAL - BV

PROJETO:  
 MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:  
 CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:  
 023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:  
 BOA VISTA - PB

ESCALA:  
 -  
 FOLHA:  
 1/30





PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

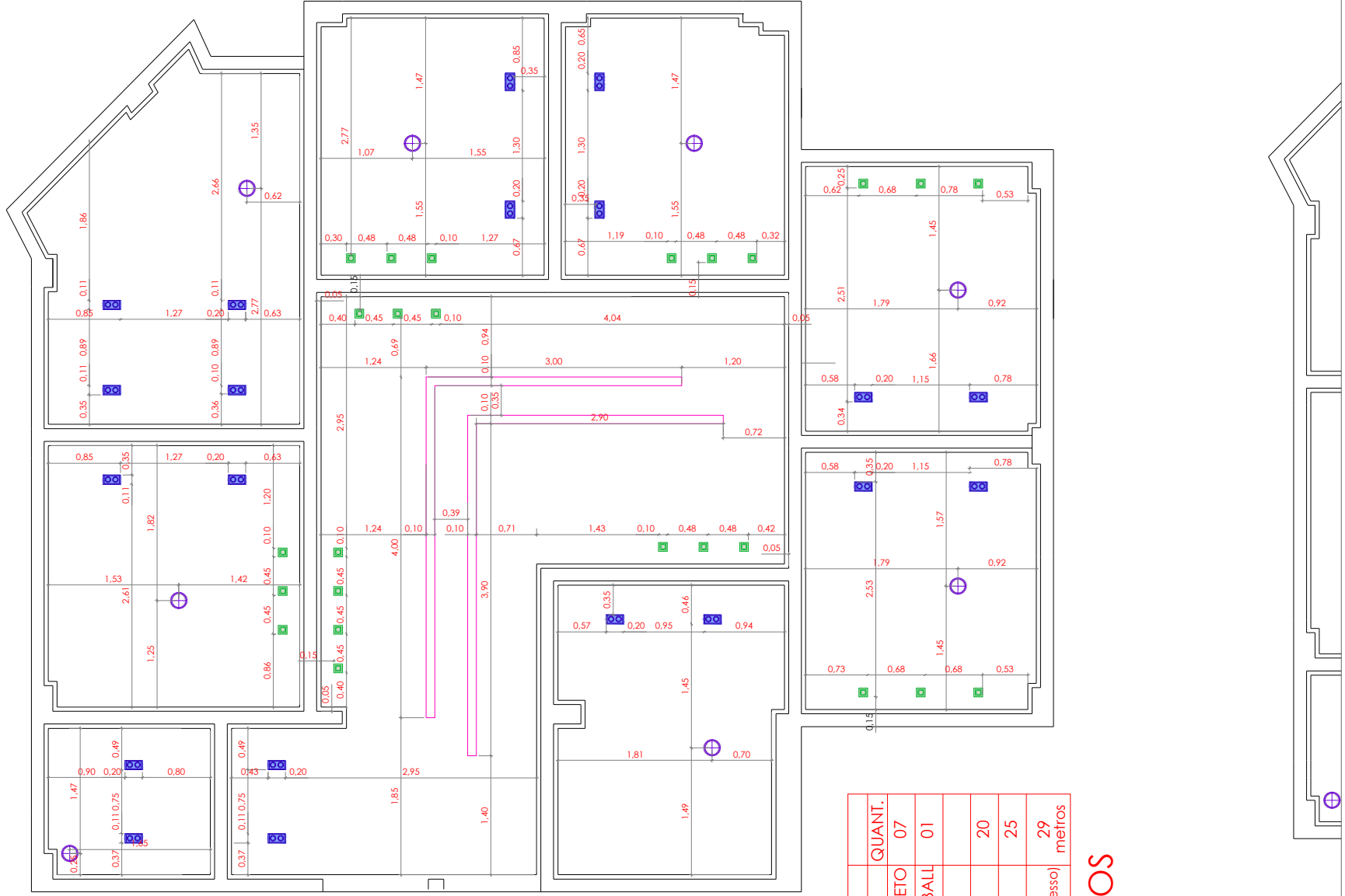
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

2/30



LEGENDA:	PROPOSTA	QUANT.
⊕	PENDENTE OFFICE PRETO	07
⊕	PENDENTE PÊNDULO BALL	01
⊕	PAR 20 DUPLA	20
⊕	PAR 20	25
⊕	FITA DE LED (contornando rasgo no gesso)	29 metros

**PONTOS LUMÍNICOS**  
CÂMARA MUNICIPAL - BV

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

3/30



LEGENDA:	PROPOSTA	QUANT.
⊕	PENDENTE OFFICE PRETO	07
⊖	PENDENTE PÊNDULO BALL	01
□	PAR 20 DUPLA	20
■	PAR 20	25
▭	FITA DE LED (contornando rasgo no gesso)	29 metros

**PONTOS LUMÍNICOS**  
CÂMARA MUNICIPAL - BV

PROJETO: MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE: CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ: 023071980001/86

LOCALIZAÇÃO: BOA VISTA - PB

ESCALA: -

FOLHA: 4/30



LEGENDA:	DESCRIÇÃO	PROPOSTA	QUANT.
	T	INTERRUPTOR TRIPLO	07
	D	INTERRUPTOR DUPLO	02

## ACIONAMENTOS

CÂMARA MUNICIPAL - BV

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

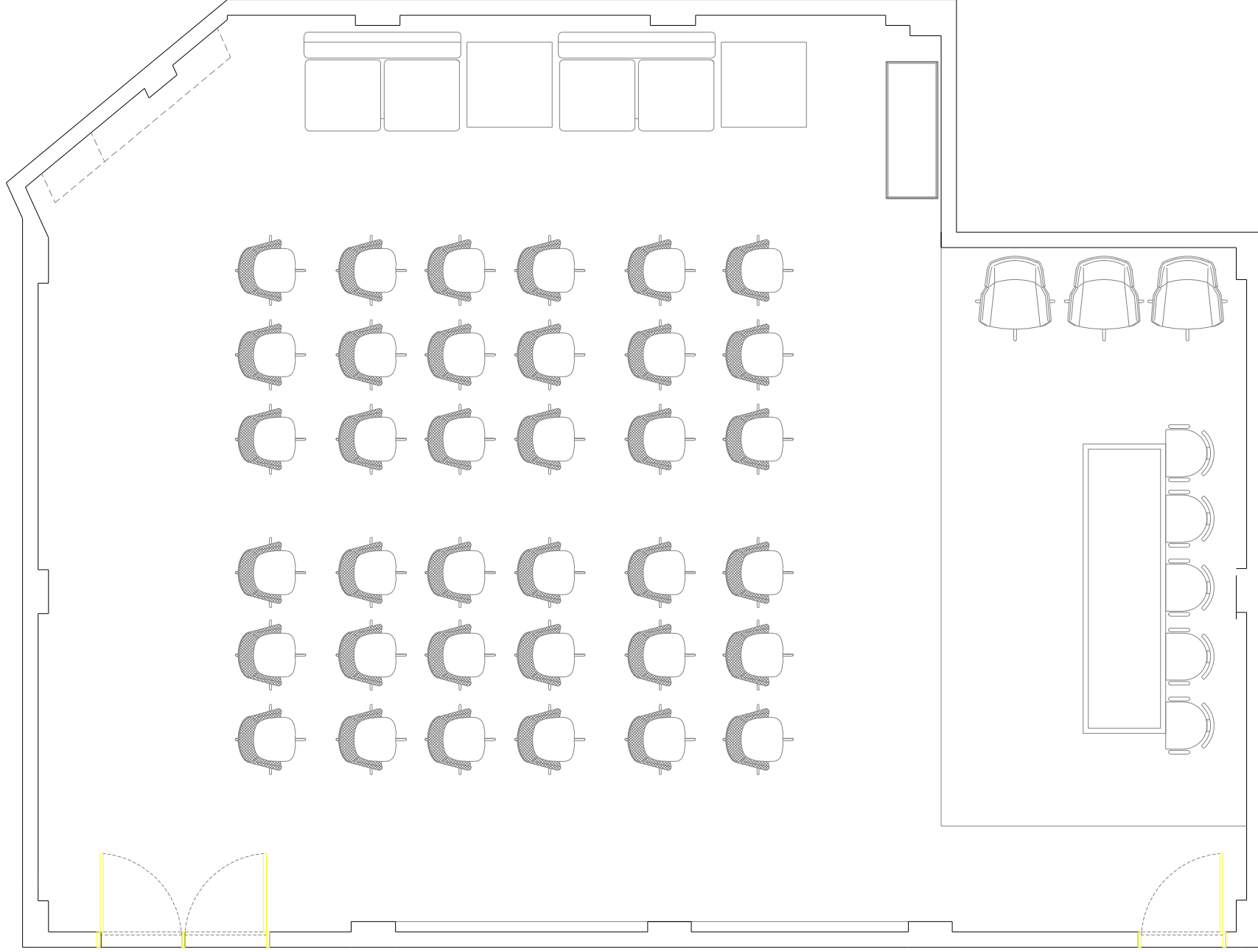
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

5/30



**PLANTA DE LAYOUT - AUDITÓRIO**  
CÂMARA MUNICIPAL - BV

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

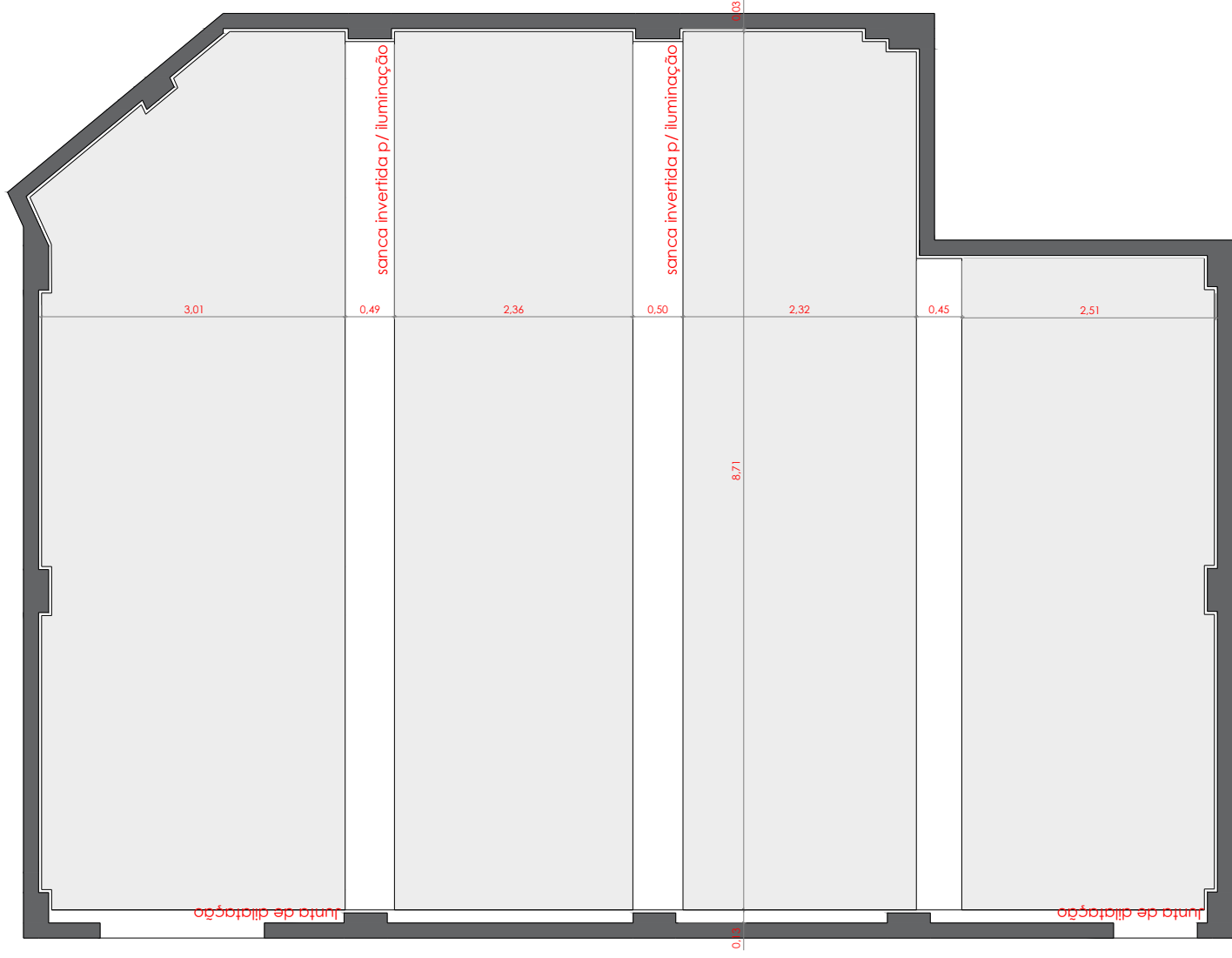
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

6/30



**PLANTA DE FORRO - AUDITÓRIO**  
CÂMARA MUNICIPAL - BV

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

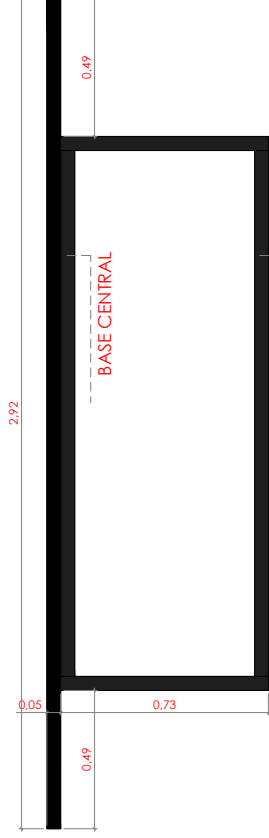
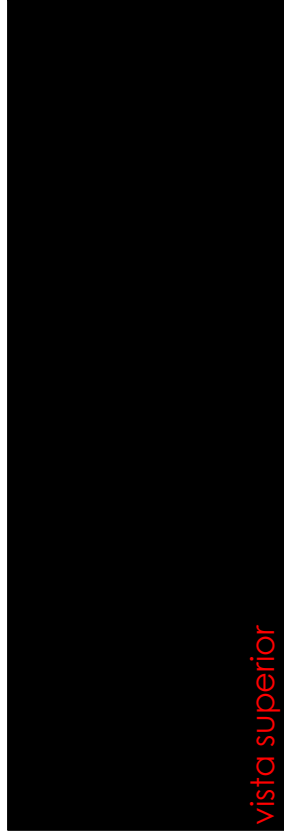
BOA VISTA - PB

ESCALA:

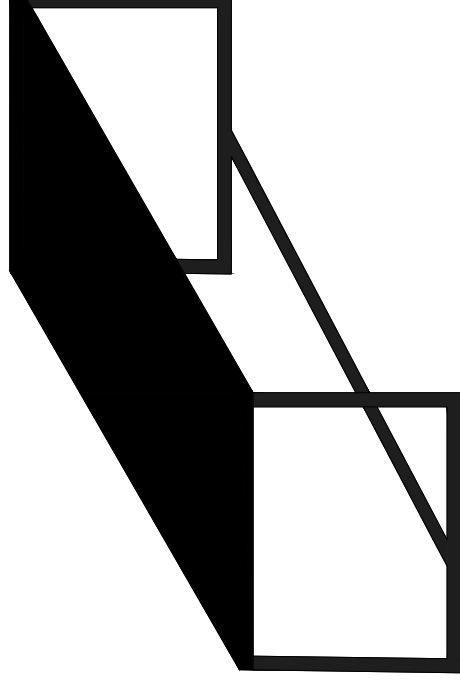
-

FOLHA:

7/30



vista frontal



## DETALHAMENTO - MESA AUDITÓRIO

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

8/30

# AUDITÓRIO - VISTA 3



PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

BOA VISTA - PB

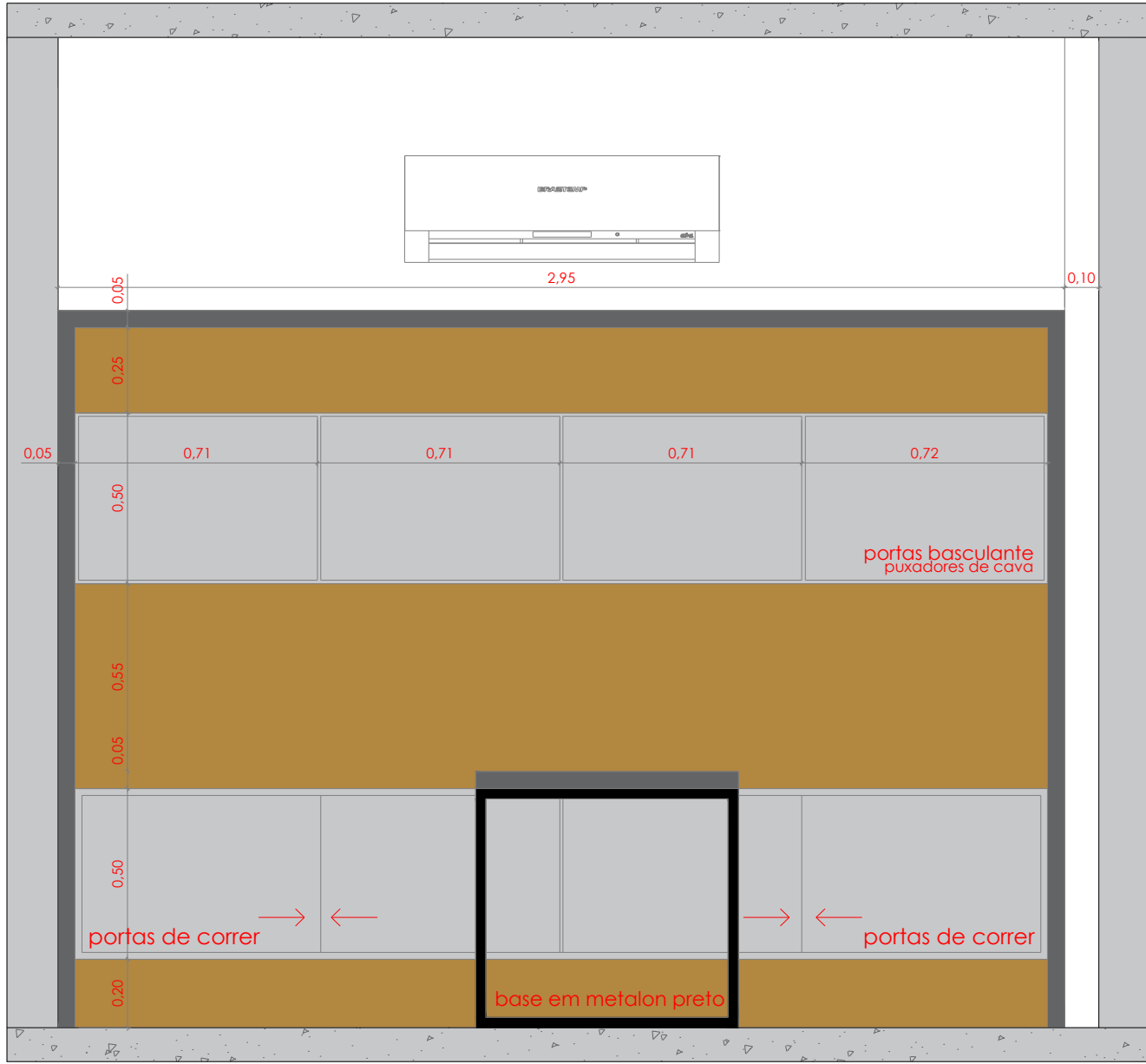
ESCALA:

-

FOLHA:

9/30





VISTA 1 - GABINETE 01

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

BOA VISTA - PB

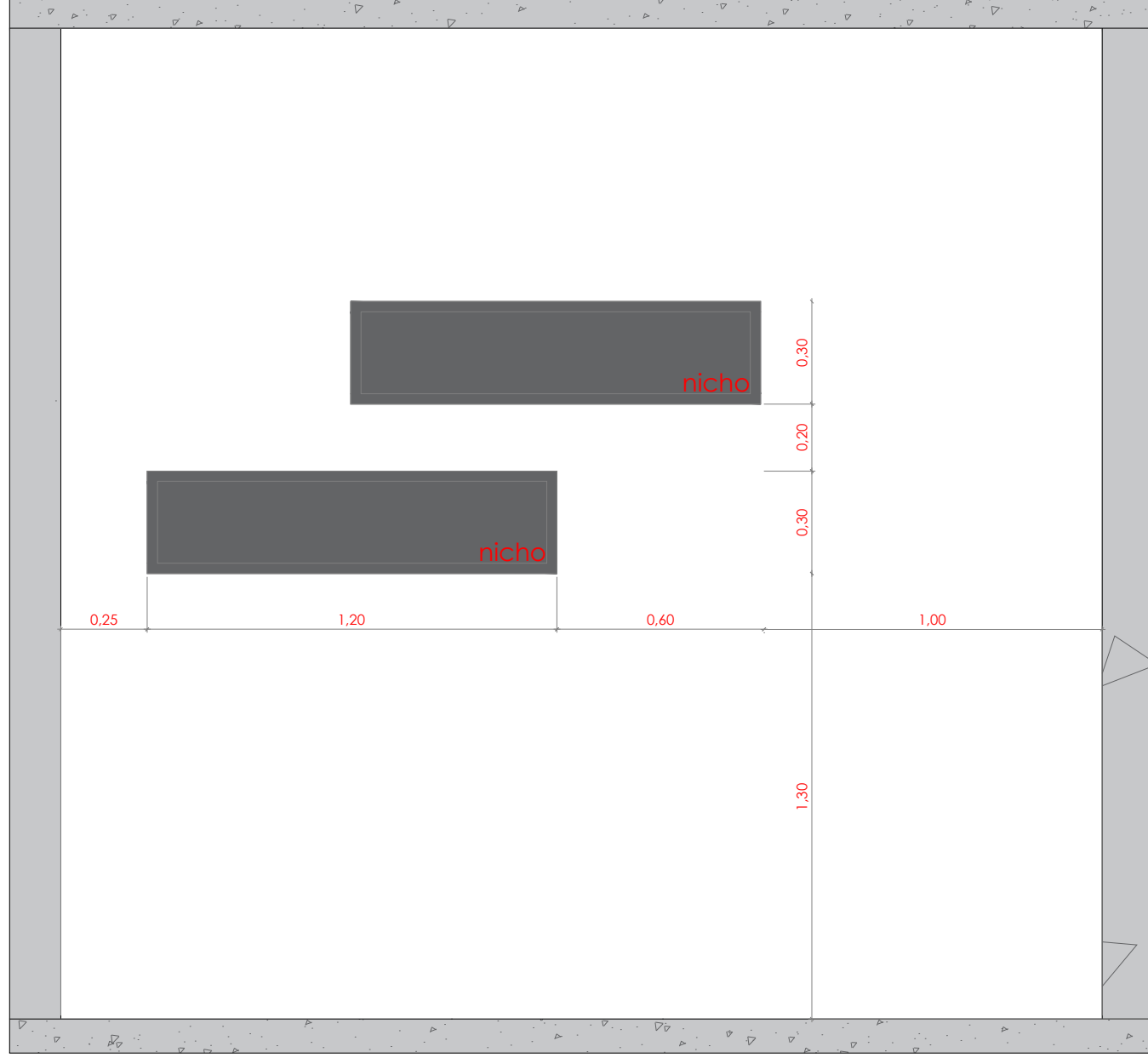
ESCALA:

-

FOLHA:

10/30

# VISTA 2 - GABINETE 01



PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

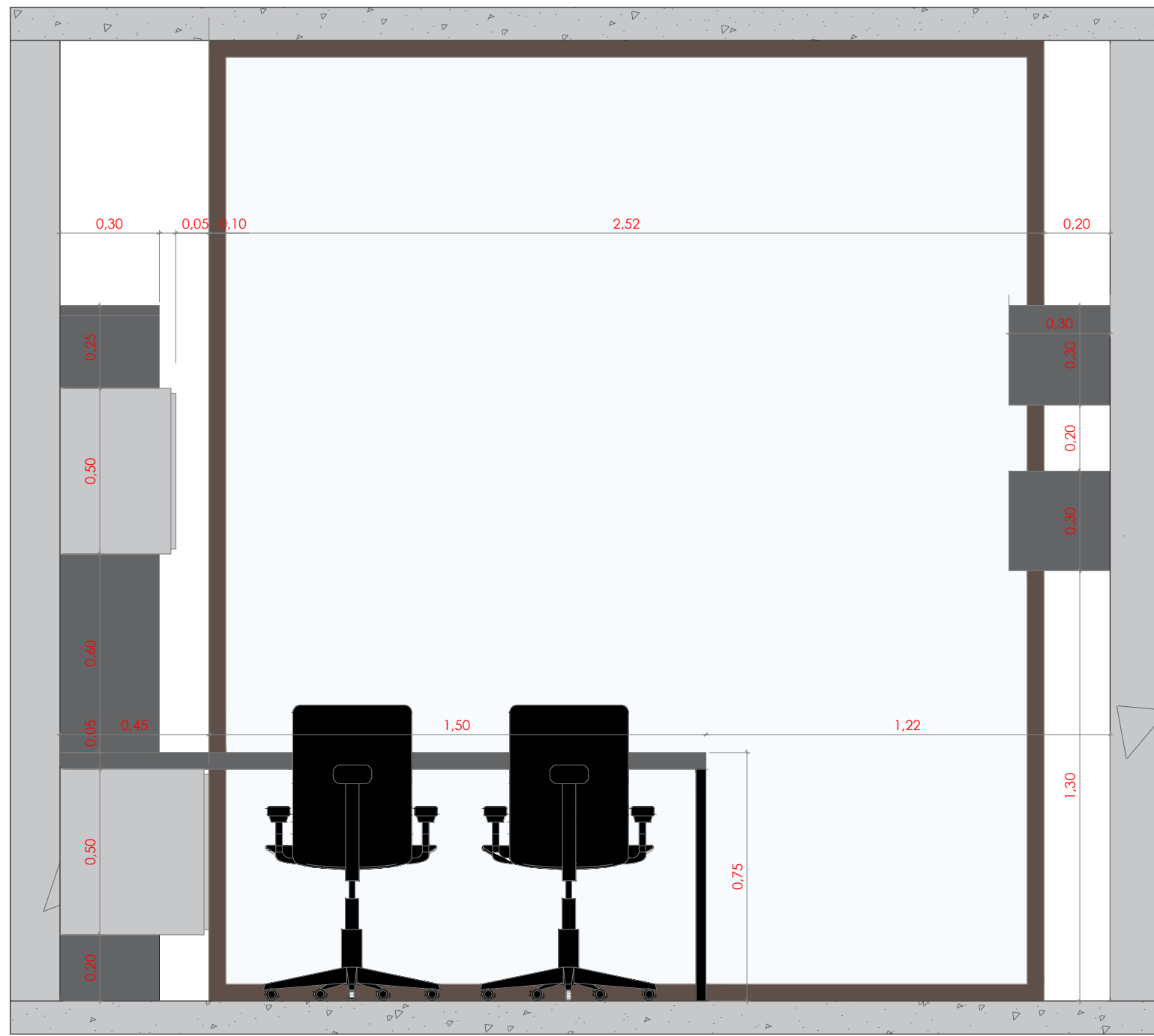
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

11/30



VISTA 3 - GABINETE 01

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

BOA VISTA - PB

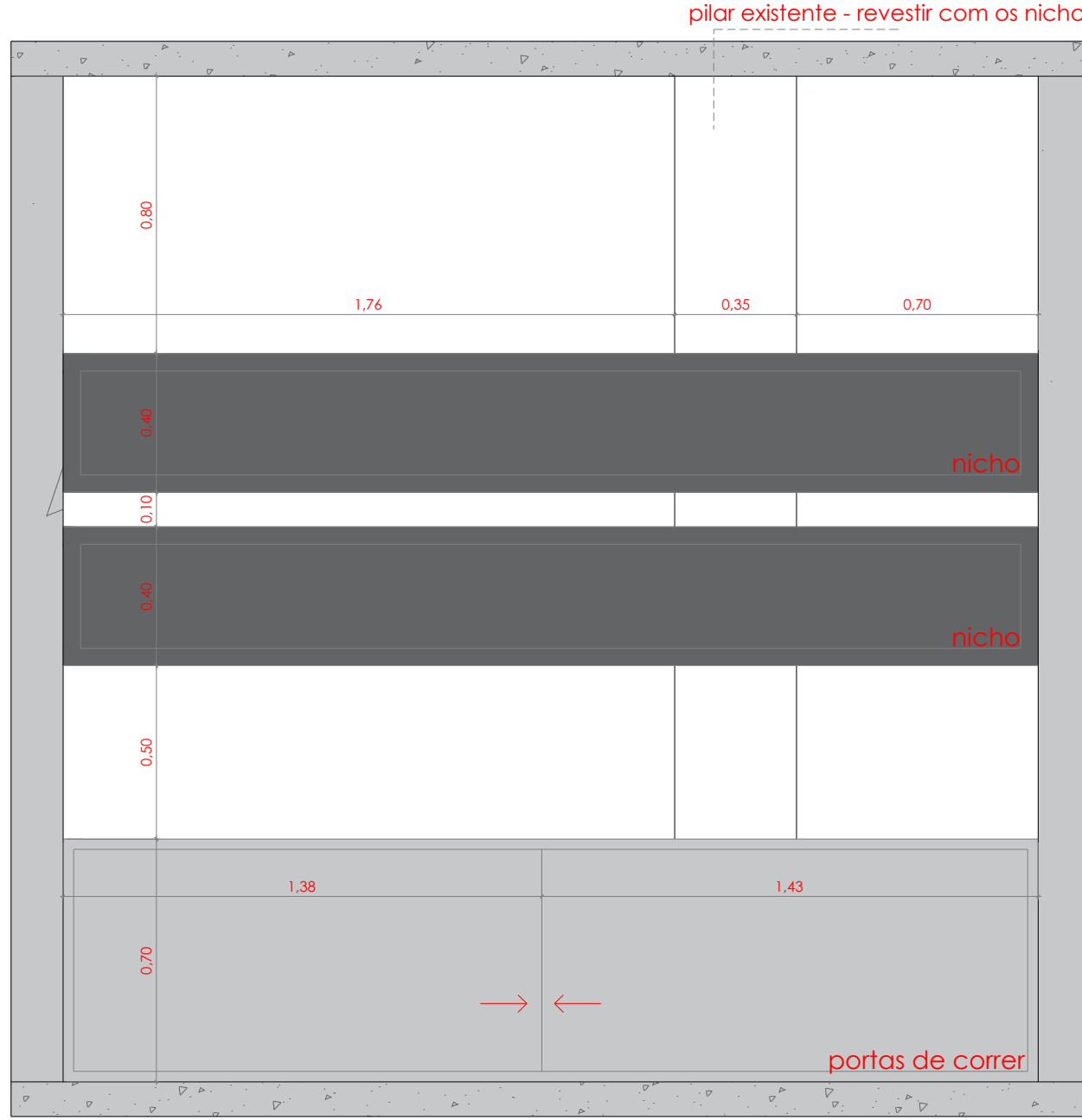
ESCALA:

-

FOLHA:

12/30

# VISTA 1 - GABINETE 02



PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

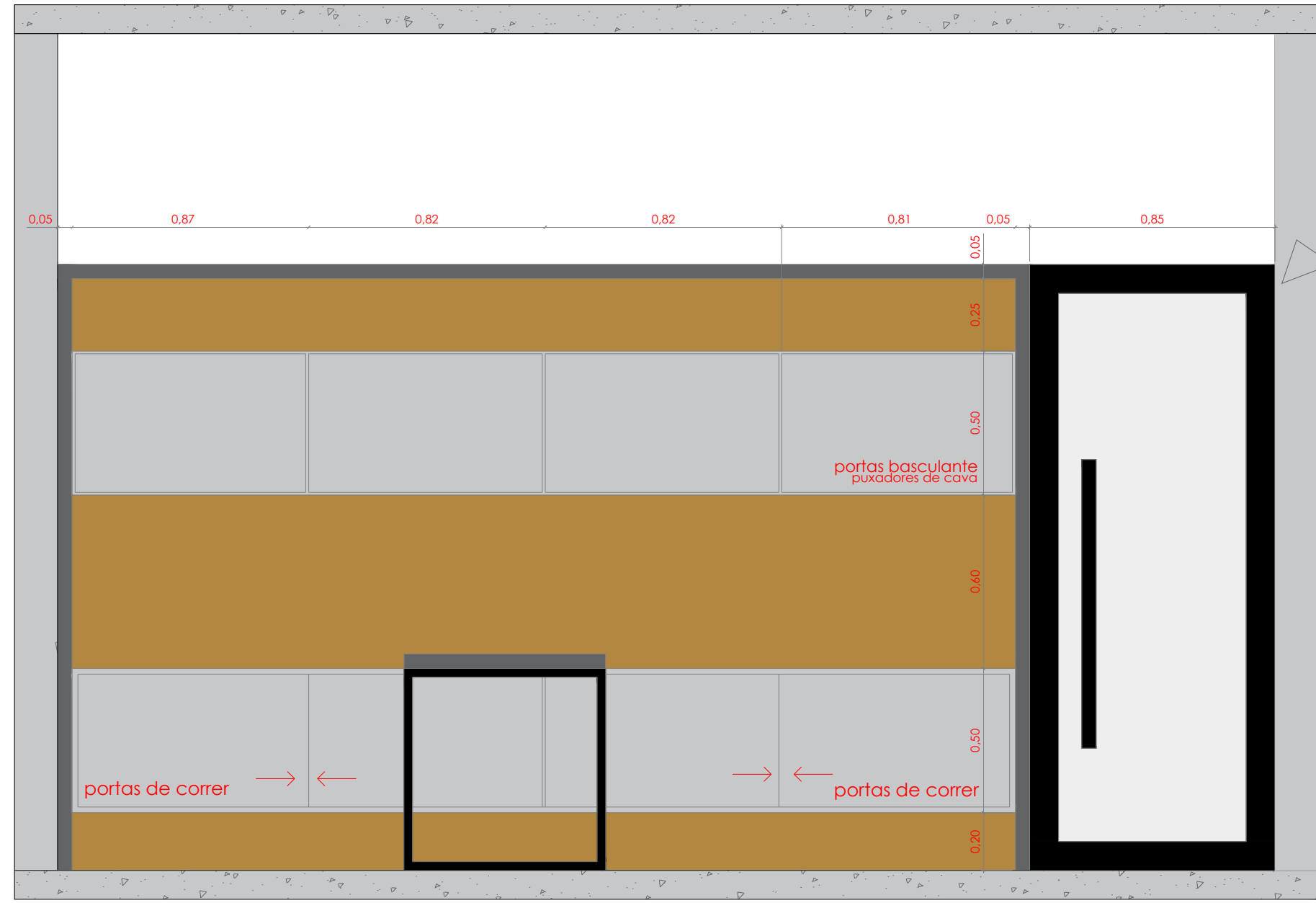
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

13/30



VISTA 2 - GABINETE 02

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

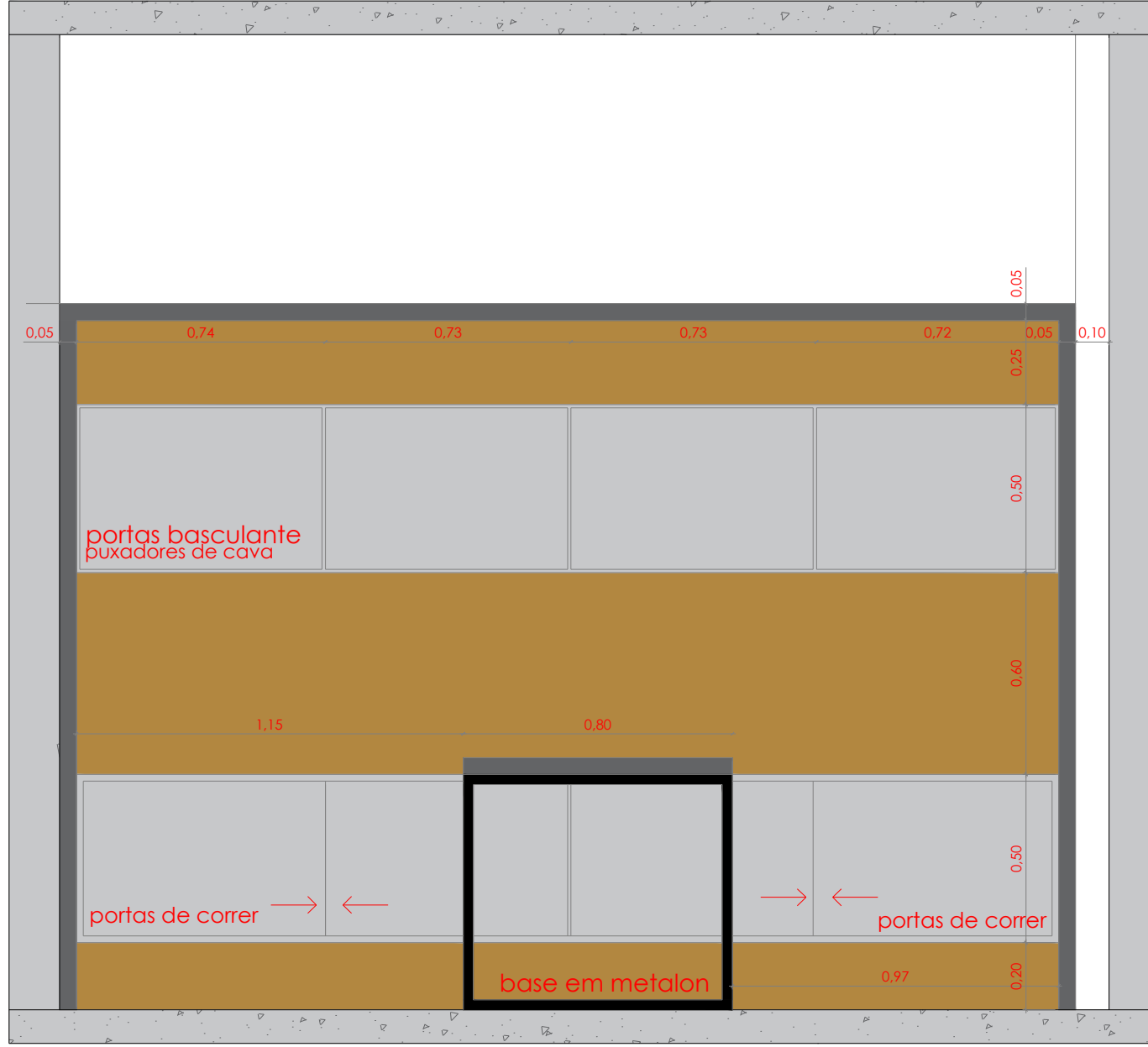
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

14/30



VISTA 1 - GABINETE 03

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

BOA VISTA - PB

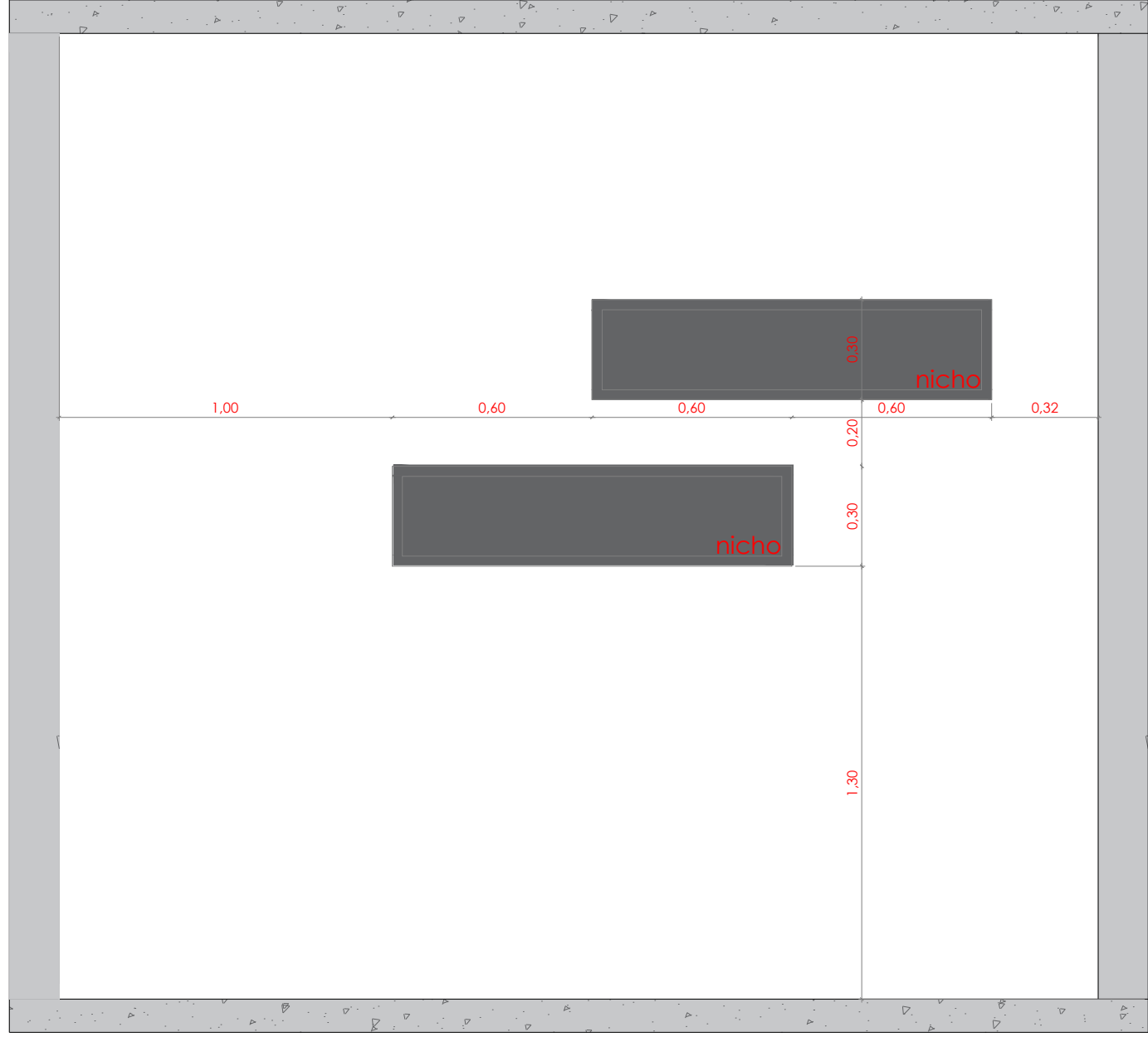
ESCALA:

-

FOLHA:

16/30

# VISTA 2 - GABINETE 03



PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

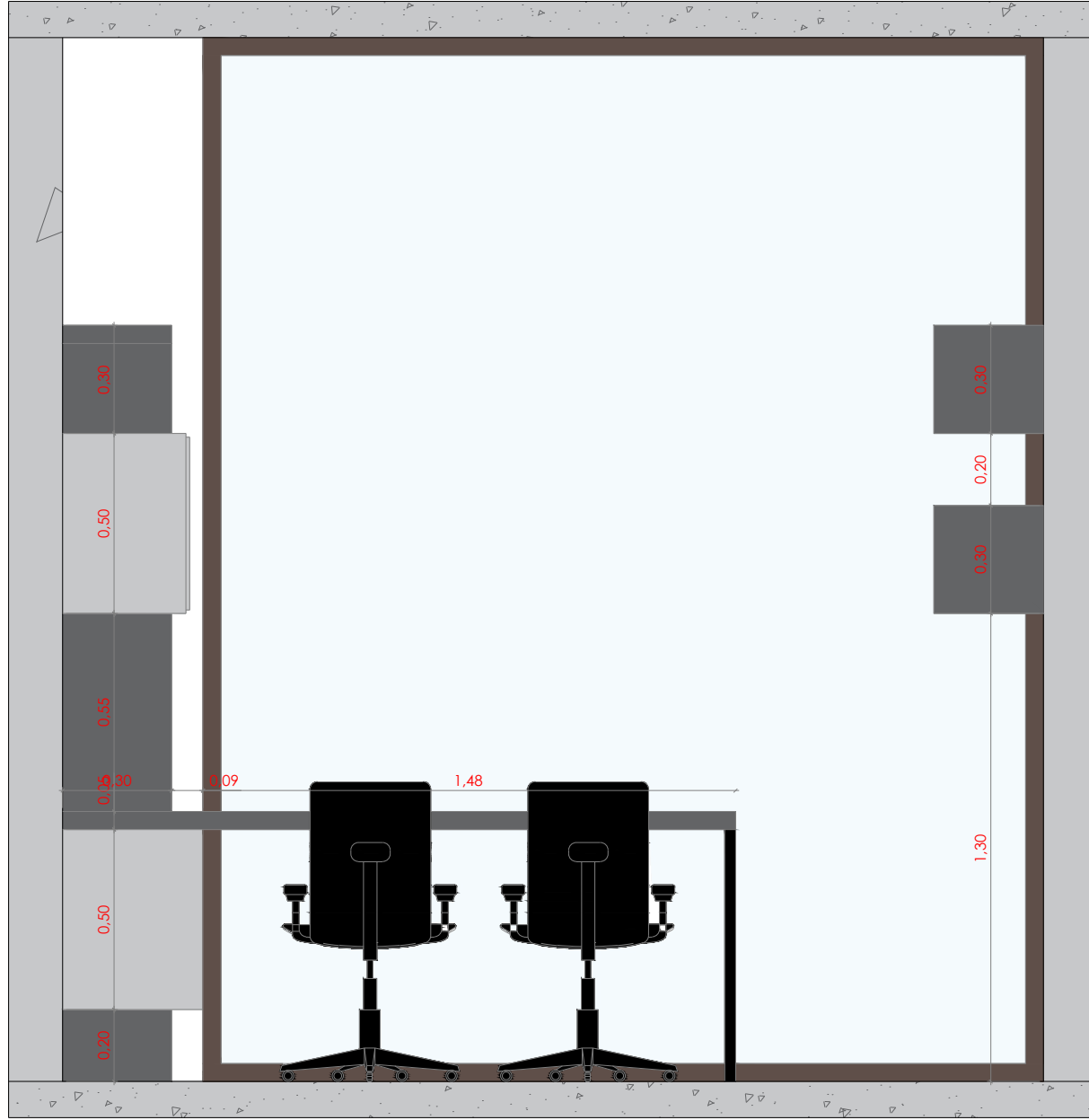
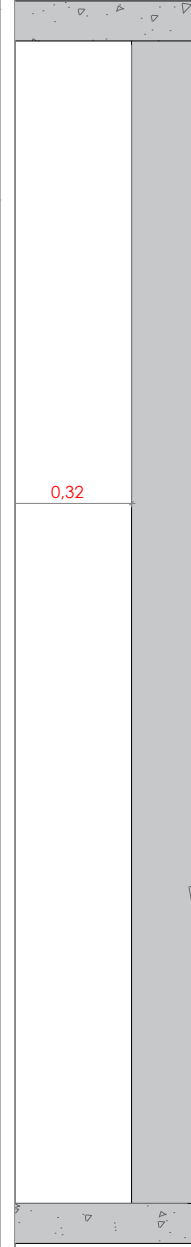
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

17/30



VISTA 3 - GABINETE 03

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

BOA VISTA - PB

ESCALA:

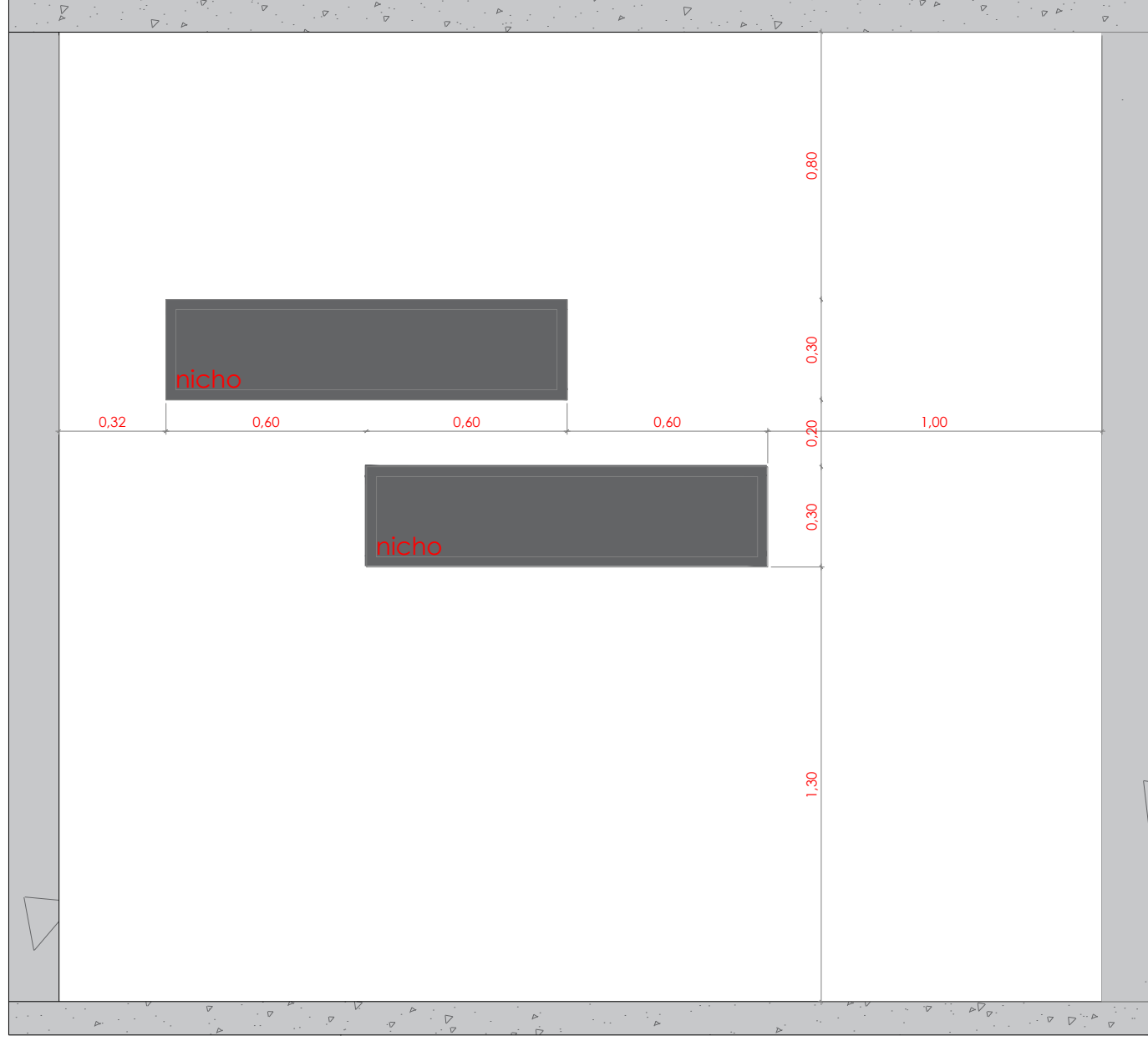
-

FOLHA:

18/30



# VISTA 1 - GABINETE 04



V

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

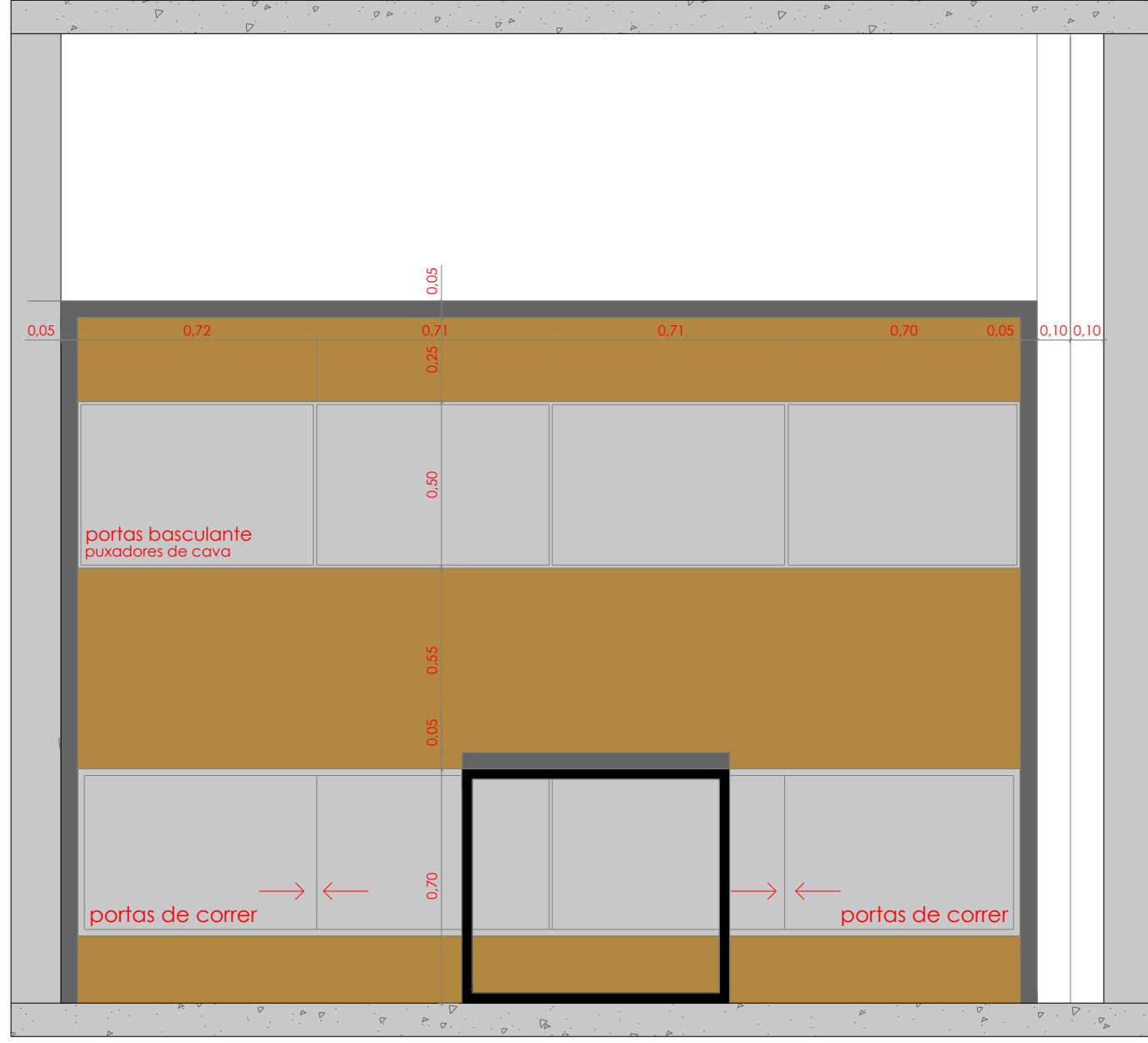
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

19/30



VISTA 2 - GABINETE 04

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

BOA VISTA - PB

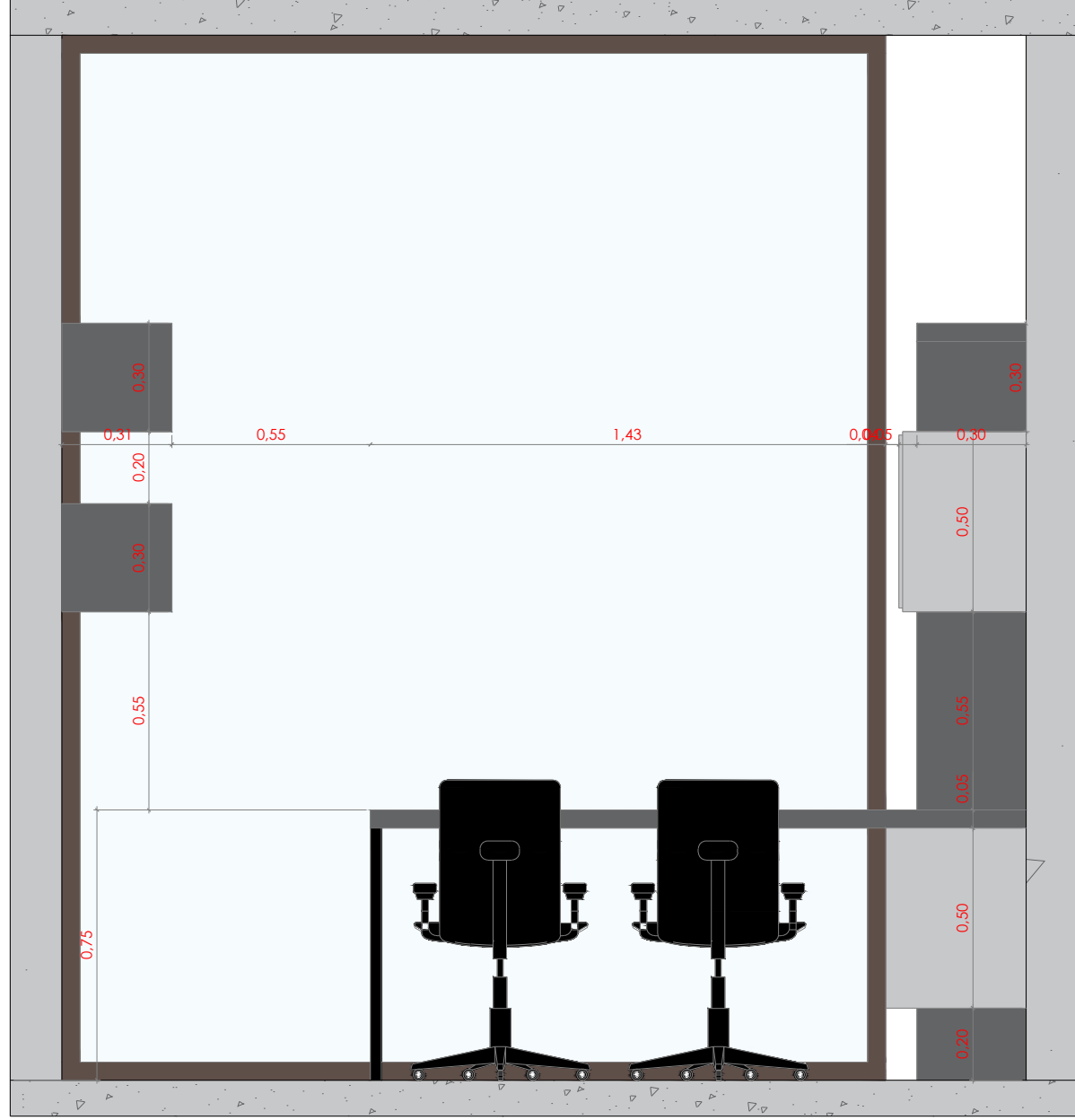
ESCALA:

-

FOLHA:

20/30

# VISTA 3 - GABINETE 04



PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

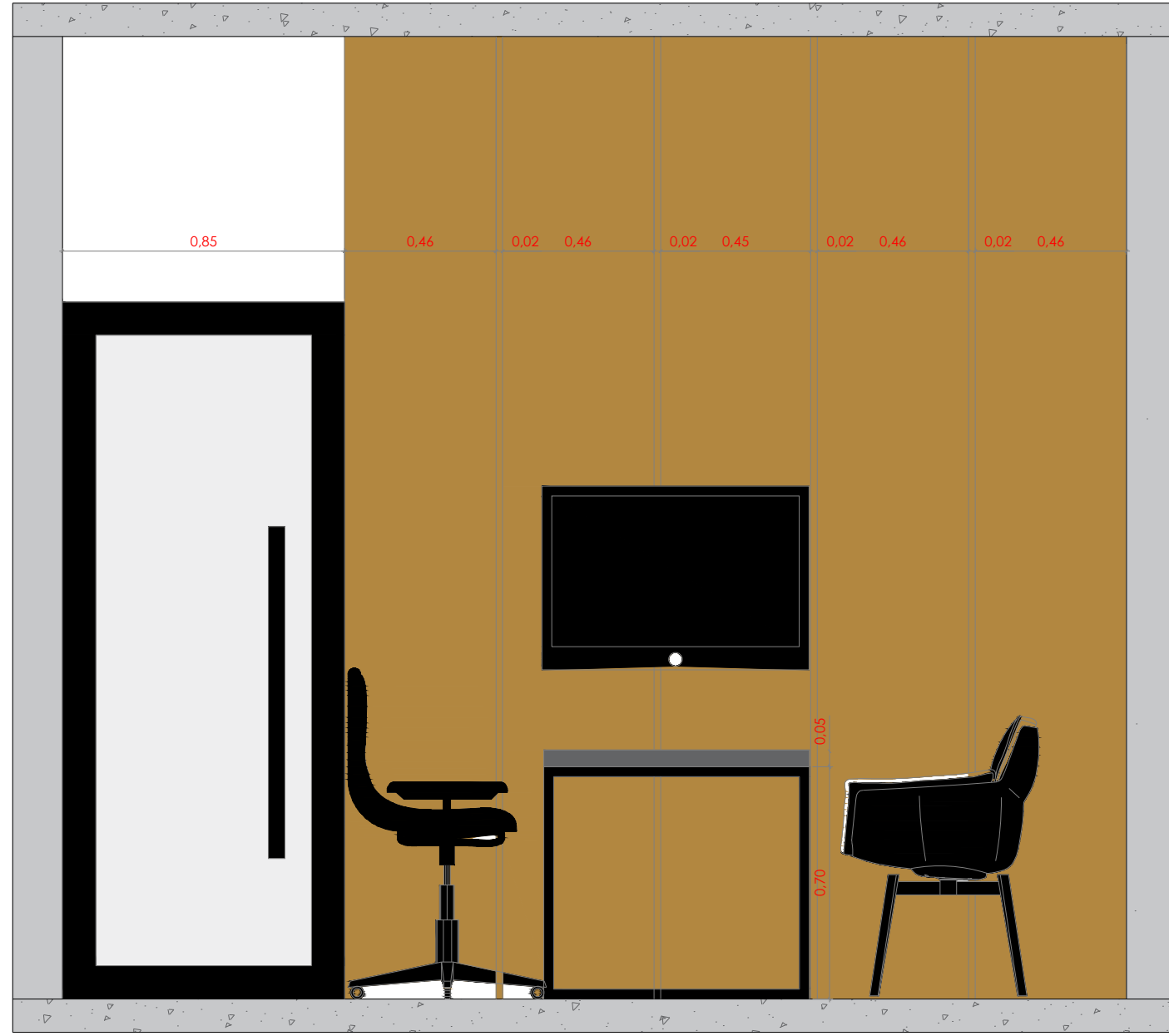
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

21/30



VISTA 1 - GABINETE 05

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

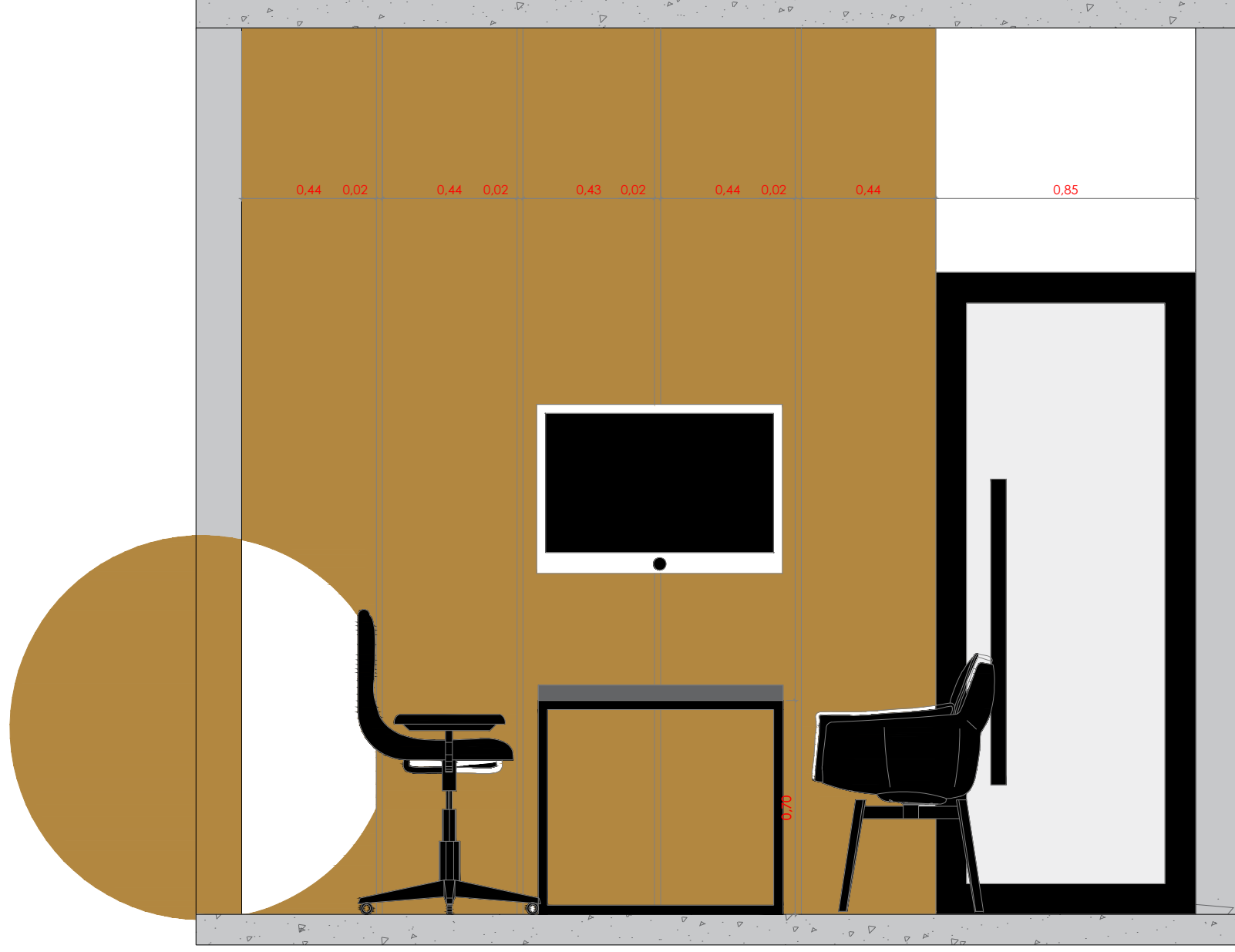
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

22/30



VISTA 1 - GABINETE 06

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

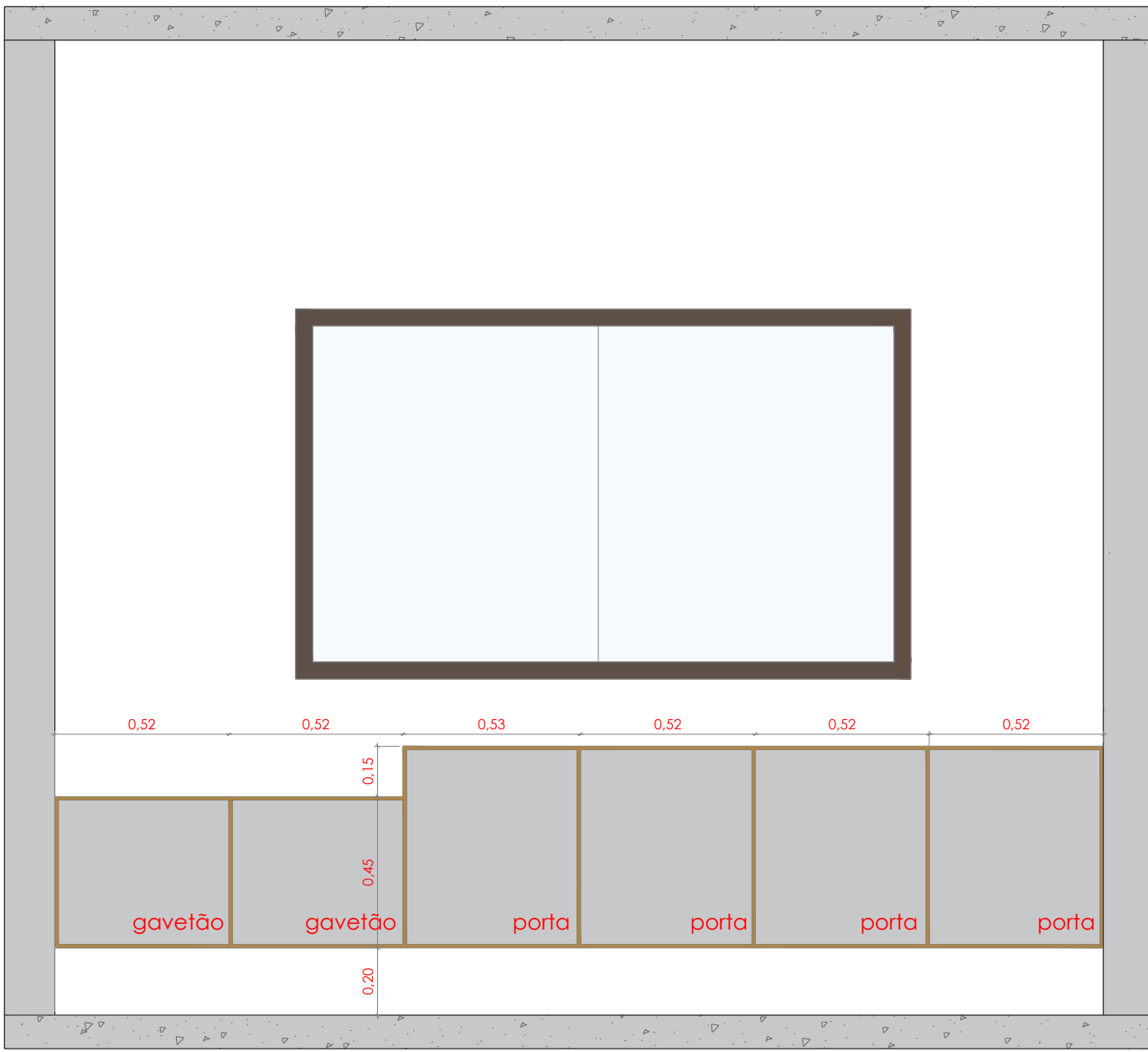
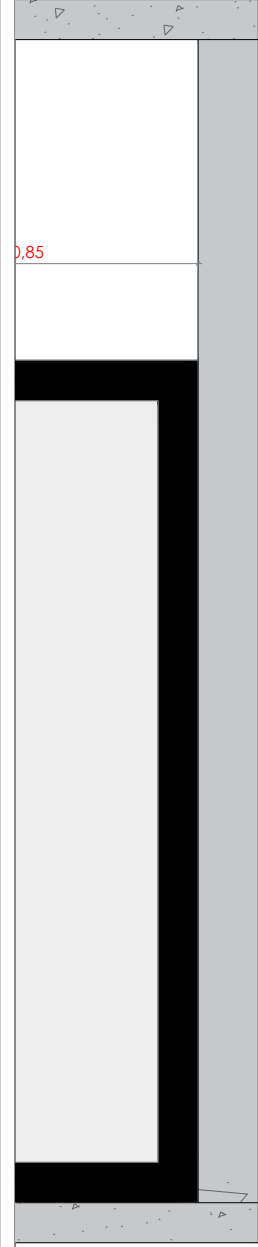
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

24/30



VISTA 2 - GABINETE 06

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

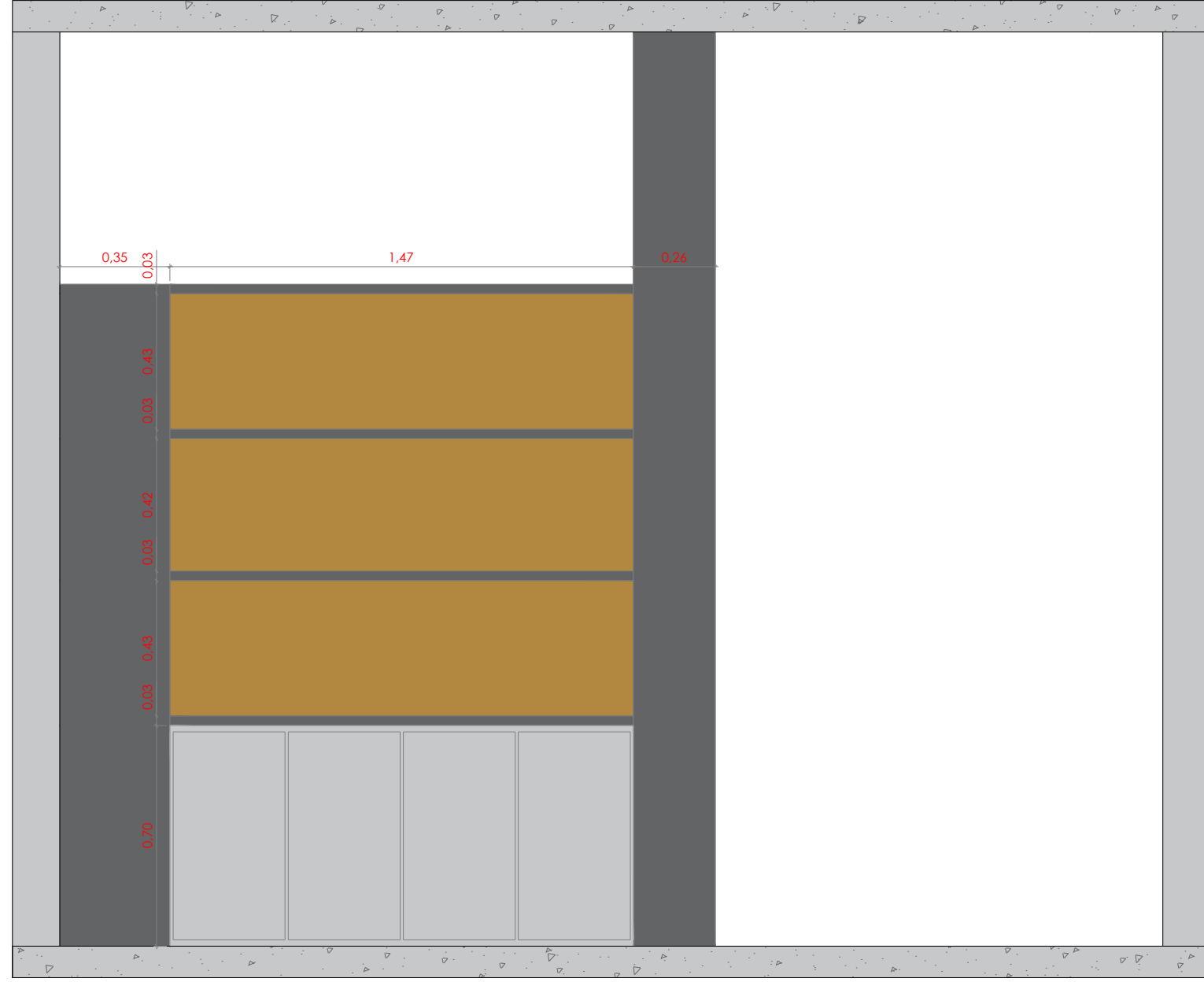
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

25/30



VISTA 1 - GABINETE 07

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

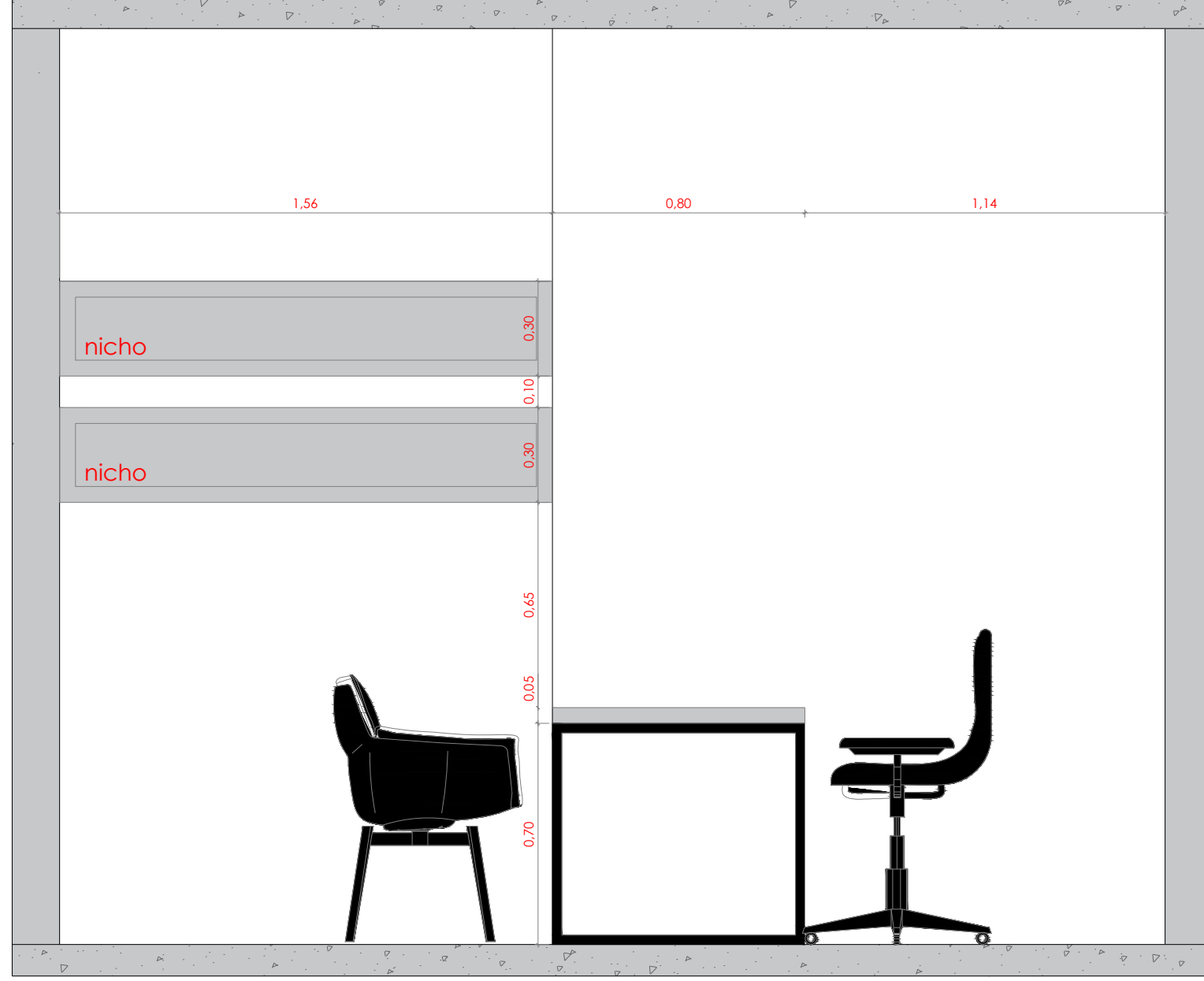
BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

26/30



VISTA 2 - GABINETE 07

PROJETO:  
 MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:  
 CÂMARA MUNICIPAL - BV

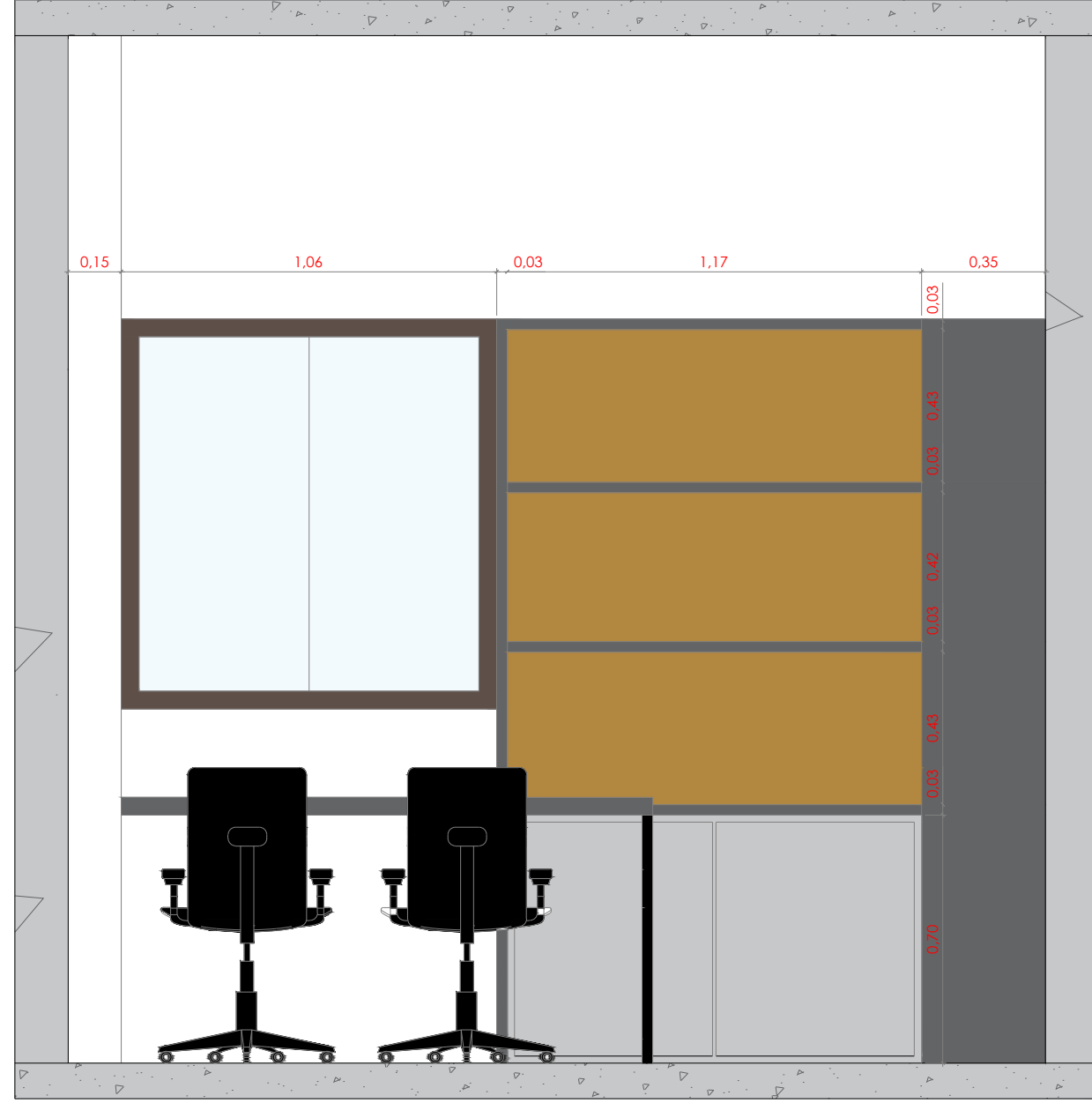
CNPJ:  
 023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:  
 BOA VISTA - PB

ESCALA:  
 -

FOLHA:  
 27/30





VISTA 3 - GABINETE 07

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

BOA VISTA - PB

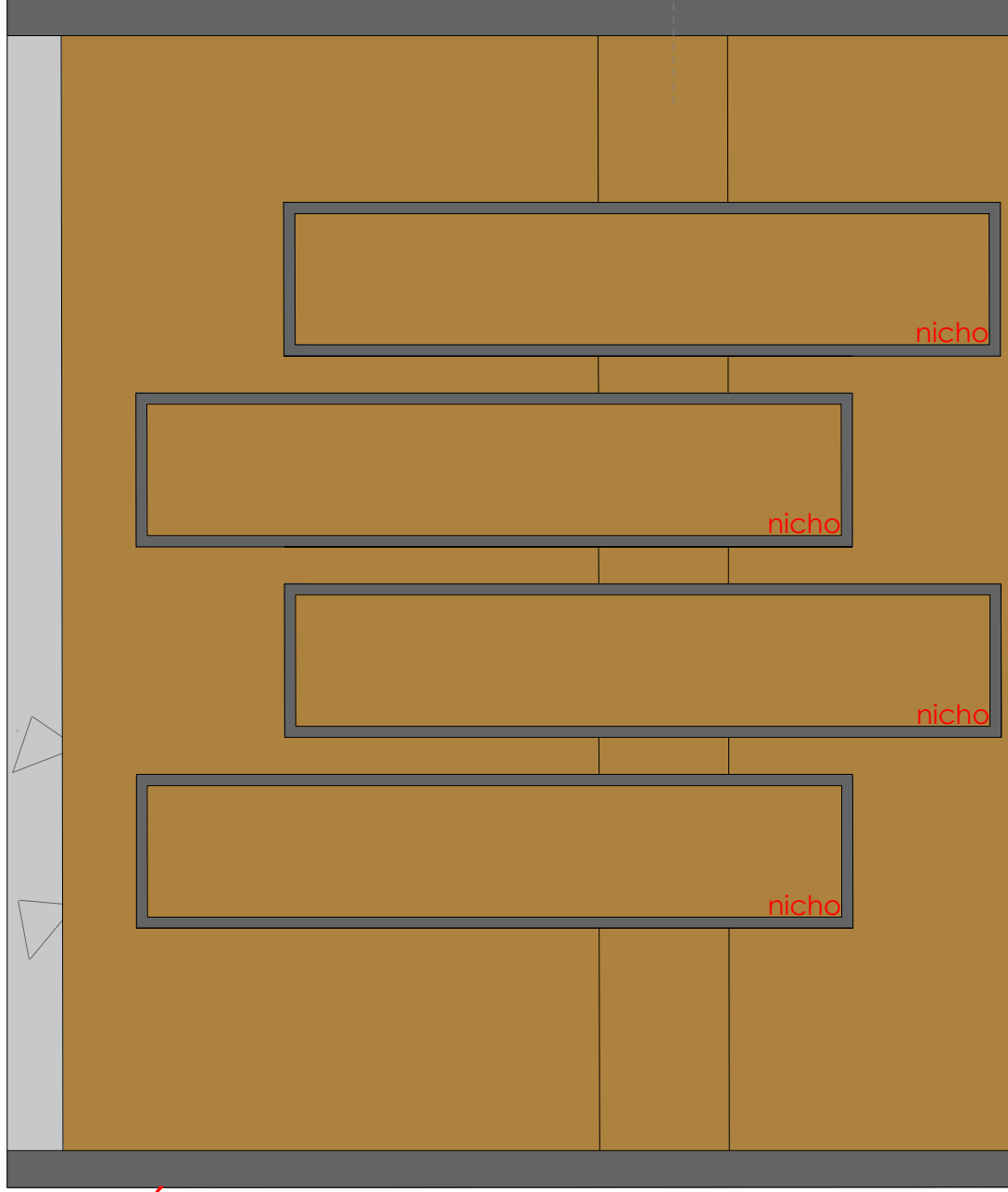
ESCALA:

-

FOLHA:

28/30

# AUDITÓRIO - VISTA 1



PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

BOA VISTA - PB

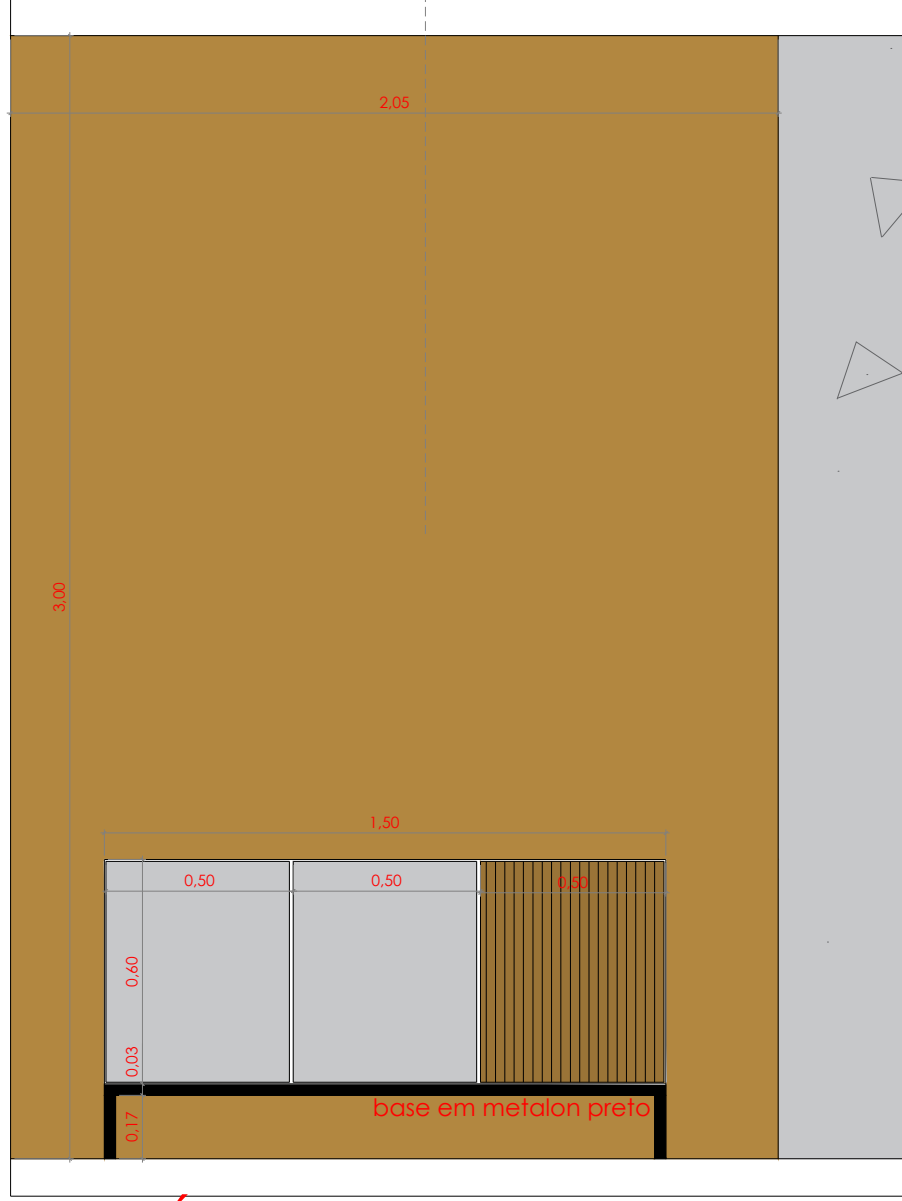
ESCALA:

-

FOLHA:

29/30

PAREDE A SER REVESTIDA EM MDF E COLOCAÇÃO DE QUADROS (arte a definir)



AUDITÓRIO - VISTA 2

PROJETO:

MARIA CLARA SOARES - CAU: A2559986

RAZÃO SOCIAL - CLIENTE:

CÂMARA MUNICIPAL - BV

CNPJ:

023071980001/86

LOCALIZAÇÃO:

BOA VISTA - PB

ESCALA:

-

FOLHA:

30/30